

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	20
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	110
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	111
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	112
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	558.699
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>558.699</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	2.236
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>2.236</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	1.999.028	2.213.381
1.01	Ativo Circulante	133.149	284.974
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.550	141.953
1.01.03	Contas a Receber	13.136	13.215
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.136	13.215
1.01.03.02.01	Venda Participação	13.136	13.215
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.284	25.258
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.284	25.258
1.01.07	Despesas Antecipadas	850	239
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	112.329	104.309
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	74.443
1.01.08.03	Outros	112.329	29.866
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Receber	111.864	0
1.01.08.03.02	Outros créditos	192	158
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	273	29.708
1.02	Ativo Não Circulante	1.865.879	1.928.407
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	129.998	135.650
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	43.777	42.029
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	43.777	42.029
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	86.221	93.621
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	2.526	2.448
1.02.01.10.04	Venda Participação	63.295	69.848
1.02.01.10.05	Outros créditos	20.400	21.325
1.02.02	Investimentos	1.733.823	1.790.074
1.02.02.01	Participações Societárias	1.733.823	1.790.074
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.371.709	1.419.268
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	362.114	370.806
1.02.03	Imobilizado	1.984	2.526
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.984	2.526
1.02.04	Intangível	74	157
1.02.04.01	Intangíveis	74	157

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	1.999.028	2.213.381
2.01	Passivo Circulante	1.284.636	218.161
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.651	10.339
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.651	10.339
2.01.02	Fornecedores	1.864	2.832
2.01.03	Obrigações Fiscais	84	26.301
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	84	26.301
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	84	26.301
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.257.256	2.183
2.01.04.02	Debêntures	1.257.256	2.183
2.01.05	Outras Obrigações	16.781	176.506
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4	174.000
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	4	174.000
2.01.05.02	Outros	16.777	2.506
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	2.532	2.506
2.01.05.02.05	Acordo de leniência	14.245	0
2.02	Passivo Não Circulante	338.759	1.354.901
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	297.978	516.207
2.02.01.02	Debêntures	297.978	516.207
2.02.02	Outras Obrigações	40.781	838.694
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	808.146
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	0	808.146
2.02.02.02	Outros	40.781	30.548
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	23.632	30.548
2.02.02.02.04	Acordo de leniência	17.149	0
2.03	Patrimônio Líquido	375.633	640.319
2.03.01	Capital Social Realizado	360.900	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	36.458	36.458
2.03.02.04	Opções Outorgadas	51.706	51.706
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-29.467	-29.467
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.04	Reservas de Lucros	242.961	242.961
2.03.04.01	Reserva Legal	46.140	46.140
2.03.04.10	Orçamento de Capital	196.821	196.821
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-264.686	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-378.729	-191.435	105.397	361.468
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.930	-57.291	-9.413	-23.132
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	177	498	161	471
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-47.474	-53.269	-2.896	-8.692
3.04.05.01	Amortização de ágio de investimentos	-2.897	-8.692	-2.896	-8.692
3.04.05.02	Acordo de leniência	-44.577	-44.577	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-305.502	-81.373	117.545	392.821
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	-305.502	-81.373	117.545	388.028
3.04.06.02	Juros Sobre Capital Próprio Recebidos	0	0	0	4.793
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-378.729	-191.435	105.397	361.468
3.06	Resultado Financeiro	-29.905	-75.938	-13.692	-50.499
3.06.01	Receitas Financeiras	2.220	9.142	3.658	12.427
3.06.02	Despesas Financeiras	-32.125	-85.080	-17.350	-62.926
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-408.634	-267.373	91.705	310.969
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-408.634	-267.373	91.705	310.969
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	2.687	-16	-3.492
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	2.687	-16	-3.492
3.10.01.02	Efeito da avaliação a valor justo dos ativos e passivos disponíveis para venda	0	2.687	-16	-3.492
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-408.634	-264.686	91.689	307.477
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,73434	-0,47566	0,16477	0,55256
3.99.01.02	ON	-0,73434	-0,48049	0,16480	0,55883
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,73172	-0,47396	0,16314	0,54707
3.99.02.02	ON	-0,73172	-0,47877	0,16316	0,55328

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-408.634	-264.686	91.689	307.477
4.03	Resultado Abrangente do Período	-408.634	-264.686	91.689	307.477

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-49.209	-129.571
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-51.941	-136.716
6.01.01.01	Lucro/(prejuízo) Líquido das operações continuadas	-267.373	310.969
6.01.01.02	Resultado das operações descontinuadas	2.687	-119.205
6.01.01.03	Depreciação e amortização	444	503
6.01.01.04	Plano de opções com base em ações	0	142
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial	81.373	-392.821
6.01.01.06	Amortização de ágio em investimentos	8.692	8.692
6.01.01.07	Perda/Baixa imobilizado e intangível	222	0
6.01.01.08	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	54.244	9.113
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-73	-111
6.01.01.12	Juros de mútuos ativos	-2.343	-6.549
6.01.01.13	Juros de mútuos passivos	10.535	25.712
6.01.01.14	Juros ativos sobre venda participação Elog	-3.746	0
6.01.01.15	Levantamento de depósitos judiciais	10	0
6.01.01.16	Juros cessão de dívida	18.810	26.839
6.01.01.17	Acordo de leniência / Acordo ex-diretores	44.577	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.732	7.145
6.01.02.01	Tributos a recuperar	21.974	2.018
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-611	-336
6.01.02.03	Pagamento de depositos judiciais	-15	0
6.01.02.05	Outros creditos	891	-403
6.01.02.06	Fornecedores	-968	-208
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-1.688	-334
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-26.217	91
6.01.02.09	Pagamento acordo ex-diretores	-13.183	0
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-6.890	2.409
6.01.02.12	Partes relacionadas	29.439	3.908
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-60.898	279.541
6.02.01	Dividendos recebidos	60.865	447.366
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-41	-39
6.02.04	Investimento em Controladas - aporte de capital	-132.100	-169.801
6.02.05	Investimento em Controladas - efeito caixa consolidação Ecopátio	0	2.129
6.02.07	Efeito não caixa - Operações descontinuadas	0	3.494
6.02.09	Efeito de pagamento/Recebimento por venda da Elog	10.378	-3.608
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-28.296	-82.418
6.03.01	Pagamento de debêntures	-80.000	0
6.03.02	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-207.447
6.03.03	Juros pagos	-27.436	0
6.03.04	Partes relacionadas - Cessão de dívida	-647.883	0
6.03.05	Partes relacionadas - Mutuo	-363.013	-3.858
6.03.06	Captação de empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing	1.090.036	128.887
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-138.403	67.552

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	141.953	8.188
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.550	75.740



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	360.900	36.458	242.961	0	0	640.319
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	36.458	242.961	0	0	640.319
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-264.686	0	-264.686
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-264.686	0	-264.686
5.07	Saldos Finais	360.900	36.458	242.961	-264.686	0	375.633

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9.010	-207.447	0	0	-198.437
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	233	0	0	0	233
5.04.06	Dividendos	0	0	-207.447	0	0	-207.447
5.04.08	Aquisição de participação dos acionistas nãocontroladores	0	8.777	0	0	0	8.777
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	307.477	0	307.477
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	307.477	0	307.477
5.07	Saldos Finais	360.900	36.456	62.830	307.477	0	767.663

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-63.608	-5.987
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.031	-5.987
7.02.04	Outros	-44.577	0
7.02.04.01	Acordo de leniência	-44.577	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-63.608	-5.987
7.04	Retenções	-9.136	-9.195
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-444	-503
7.04.02	Outras	-8.692	-8.692
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-8.692	-8.692
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-72.744	-15.182
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-69.046	401.756
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-81.373	392.821
7.06.02	Receitas Financeiras	9.142	12.427
7.06.03	Outros	3.185	-3.492
7.06.03.01	Resulado de operações descontinuadas	2.687	-3.492
7.06.03.02	Outros	498	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-141.790	386.574
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-141.790	386.574
7.08.01	Pessoal	36.720	15.497
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.157	14.967
7.08.01.02	Benefícios	474	234
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.089	296
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	86.176	63.600
7.08.03.01	Juros	79.240	35.679
7.08.03.02	Aluguéis	1.096	674
7.08.03.03	Outras	5.840	27.247
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-264.686	307.477
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-264.686	307.477

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	12.655.695	10.036.268
1.01	Ativo Circulante	3.315.154	3.088.525
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.872.550	2.650.489
1.01.02	Aplicações Financeiras	89.243	61.521
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	89.243	61.521
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	89.243	61.521
1.01.03	Contas a Receber	191.279	151.739
1.01.03.01	Clientes	178.143	138.524
1.01.03.01.01	Clientes	178.143	138.338
1.01.03.01.02	Clientes - Partes relacionadas	0	186
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.136	13.215
1.01.03.02.01	Venda Participação	13.136	13.215
1.01.06	Tributos a Recuperar	100.380	100.757
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	100.380	100.757
1.01.07	Despesas Antecipadas	16.925	8.112
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	44.777	115.907
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	80.502
1.01.08.03	Outros	44.777	35.405
1.01.08.03.01	Outros créditos	44.777	35.405
1.02	Ativo Não Circulante	9.340.541	6.947.743
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	913.451	684.300
1.02.01.07	Tributos Diferidos	404.427	367.380
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	404.427	367.380
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	10.558	13.713
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	498.466	303.207
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	385.814	189.732
1.02.01.10.04	Venda Participação	63.295	69.848
1.02.01.10.05	Títulos e valores Mobiliários - vinculados	22.305	15.809
1.02.01.10.06	Outros créditos	27.052	27.818
1.02.02	Investimentos	251	1.105
1.02.02.01	Participações Societárias	251	1.105
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	251	1.105
1.02.03	Imobilizado	594.697	523.532
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	594.697	523.532
1.02.04	Intangível	7.832.142	5.738.806
1.02.04.01	Intangíveis	7.832.142	5.738.806

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	12.655.695	10.036.268
2.01	Passivo Circulante	4.600.513	2.018.383
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	86.163	65.572
2.01.01.01	Obrigações Sociais	86.163	65.572
2.01.02	Fornecedores	79.552	100.708
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	79.552	100.708
2.01.03	Obrigações Fiscais	38.824	65.482
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	38.824	65.482
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	38.054	64.704
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	770	778
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.823.499	1.508.254
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	233.345	81.029
2.01.04.02	Debêntures	3.582.205	1.417.300
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	7.949	9.925
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	7.949	9.925
2.01.05	Outras Obrigações	340.579	76.302
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	23.561	19.881
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	23.561	19.881
2.01.05.02	Outros	317.018	56.421
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	15.690	10.608
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	39.872	45.813
2.01.05.02.06	Contas a pagar - Aquisição de empresas	9.506	0
2.01.05.02.08	Acordo de leniência	251.950	0
2.01.06	Provisões	231.896	196.006
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	35.253	45.091
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	35.253	45.091
2.01.06.02	Outras Provisões	196.643	150.915
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	113.517	79.074
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	83.126	71.841
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	6.059
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	6.059
2.02	Passivo Não Circulante	7.679.549	7.377.566
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.864.636	6.015.588
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.282.390	564.712
2.02.01.02	Debêntures	4.576.656	5.445.468
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	5.590	5.408
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	5.590	5.408
2.02.02	Outras Obrigações	1.174.572	887.421
2.02.02.02	Outros	1.174.572	887.421
2.02.02.02.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	7.171	7.476
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar - Aquisição de empresas	32.595	31.053
2.02.02.02.06	Obrigações com Poder Concedente	854.798	764.830
2.02.02.02.07	Outras Contas a pagar	81.426	84.062
2.02.02.02.08	Acordo de leniência	198.582	0
2.02.03	Tributos Diferidos	49.199	22.666

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	49.199	22.666
2.02.04	Provisões	591.142	451.891
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	207.613	185.464
2.02.04.01.05	Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	207.613	185.464
2.02.04.02	Outras Provisões	383.529	266.427
2.02.04.02.05	Provisão para manutenção	368.694	241.401
2.02.04.02.06	Provisão para construção de obras futuras	14.835	25.026
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	375.633	640.319
2.03.01	Capital Social Realizado	360.900	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	36.458	36.458
2.03.02.04	Opções Outorgadas	51.706	51.706
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-29.467	-29.467
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.04	Reservas de Lucros	242.961	242.961
2.03.04.01	Reserva Legal	46.140	46.140
2.03.04.10	Orçamento de Capital	196.821	196.821
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-264.686	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	976.542	2.843.711	773.893	2.296.597
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-588.645	-1.748.478	-431.157	-1.241.033
3.03	Resultado Bruto	387.897	1.095.233	342.736	1.055.564
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-548.650	-672.244	-49.491	-139.916
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-81.773	-208.562	-50.288	-150.041
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-46	3.141	789	10.102
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-466.834	-466.834	0	0
3.04.05.01	Acordo de leniência	-466.834	-466.834	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3	11	8	23
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-160.753	422.989	293.245	915.648
3.06	Resultado Financeiro	-180.393	-487.618	-129.344	-359.816
3.06.01	Receitas Financeiras	74.381	200.721	69.940	163.366
3.06.02	Despesas Financeiras	-254.774	-688.339	-199.284	-523.182
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-341.146	-64.629	163.901	555.832
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-67.488	-202.744	-69.859	-237.240
3.08.01	Corrente	-90.524	-246.315	-74.052	-236.953
3.08.02	Diferido	23.036	43.571	4.193	-287
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-408.634	-267.373	94.042	318.592
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	2.687	-16	-3.492
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	2.687	-16	-3.492
3.10.01.01	Resultado líquido das operações descontinuadas	0	2.687	-16	-3.492
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-408.634	-264.686	94.026	315.100
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-408.634	-264.686	91.689	307.477
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	2.337	7.623
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,73434	-0,47566	0,16477	0,55256
3.99.01.02	ON	-0,73434	-0,48049	0,16480	0,55883

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,73172	-0,47396	0,16314	0,54707
3.99.02.02	ON	-0,73172	-0,47877	0,16316	0,55328



**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-408.634	-264.686	94.026	315.100
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-408.634	-264.686	94.026	315.100
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-408.634	-264.686	91.689	307.477
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	2.337	7.623

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	854.386	951.655
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.622.923	1.375.586
6.01.01.01	Lucro/ (prejuízo) Líquido das operações continuadas	-267.373	318.592
6.01.01.02	Lucro/ (prejuízo) das operações descontinuadas	2.687	-119.205
6.01.01.03	Depreciação e amortização	411.470	355.553
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado e intangível	3.357	972
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arr.mercan	535.043	447.639
6.01.01.06	Obrigações com Poder Concedente	50.497	44.956
6.01.01.07	Variação monetária Obrigações com Poder Concedente	62.614	-50
6.01.01.08	Atualização monetária e provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	30.682	17.175
6.01.01.09	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-3.527	-3.521
6.01.01.10	Reserva de Capital - Premio de Opções	0	234
6.01.01.11	Resultado de Equivalência Patrimonial	-11	-23
6.01.01.12	Tributos Diferidos	-43.571	287
6.01.01.13	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	1.264	1.746
6.01.01.14	Capitalização de juros	-50.355	-20.389
6.01.01.15	Provisão e atualização para manutenção e construção de obras	173.916	94.710
6.01.01.16	Acordo de leniência / acordo ex-diretores	466.834	0
6.01.01.17	Reserva de Capital - Premio de Opções - Acionistas não Controladores	0	4
6.01.01.18	Atualização e levantamento dos depósitos judiciais	3.255	-366
6.01.01.19	Atualização monetária aquisição/venda participação	-174	319
6.01.01.20	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	246.315	236.953
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-768.537	-423.931
6.01.02.01	Clientes	-26.968	4.139
6.01.02.02	Tributos a recuperar	1.291	-23.526
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-4.057	-5.267
6.01.02.04	Pagamento dos depósitos judiciais	-197.899	-13.771
6.01.02.05	Outros créditos	-6.583	-4.364
6.01.02.06	Fornecedores	-67.883	-1.658
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	14.553	-323
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-31.145	-2.248
6.01.02.09	Partes relacionadas	3.625	-10.494
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-10.825	6.200
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-256.153	-222.910
6.01.02.12	Pagamento de perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-12.295	-13.565
6.01.02.13	Pagamento de provisão para manutenção e construção de obras	-104.774	-90.537
6.01.02.14	Pagamento Poder Concedente	-53.122	-45.607
6.01.02.15	Pagamentos Acordo Ex-diretores	-16.302	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.376.793	-531.312
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-742.080	-473.327
6.02.02	Dividendos recebidos	865	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.02.03	Aquisição de participação - livre de caixa	-650.399	0
6.02.04	Investimento em controladas - efeito caixa consolidação Ecopátio	4.443	2.129
6.02.06	Efeito não caixa - Operações descontinuadas	0	3.494
6.02.07	Aquisição participação dos acionistas não controladores	0	-60.000
6.02.08	Efeito de pagamento/Recebimento por venda da Elog	10.378	-3.608
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	744.468	769.510
6.03.01	Pagamento Poder Concedente	-20.506	-6.281
6.03.02	Títulos e valores mobiliários	13.174	-3.489
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	2.425.408	1.693.554
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	-1.289.565	-448.255
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-207.447
6.03.09	Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-313	-28
6.03.10	Juros Pagos	-383.730	-258.874
6.03.12	Partes relacionadas	0	330
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	222.061	1.189.853
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.650.489	1.609.077
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.872.550	2.798.930

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	360.900	36.458	242.961	0	0	640.319	0	640.319
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	36.458	242.961	0	0	640.319	0	640.319
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-264.686	0	-264.686	0	-264.686
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-264.686	0	-264.686	0	-264.686
5.07	Saldos Finais	360.900	36.458	242.961	-264.686	0	375.633	0	375.633

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623	97.948	756.571
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623	97.948	756.571
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9.010	-207.447	0	0	-198.437	-105.571	-304.008
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	233	0	0	0	233	3	236
5.04.06	Dividendos	0	0	-207.447	0	0	-207.447	-2.156	-209.603
5.04.08	Aquisição participação deacionistas não controladores	0	8.777	0	0	0	8.777	-103.418	-94.641
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	307.477	0	307.477	7.623	315.100
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	307.477	0	307.477	7.623	315.100
5.07	Saldos Finais	360.900	36.456	62.830	307.477	0	767.663	0	767.663

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
7.01	Receitas	3.224.291	2.655.897
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.457.098	2.182.345
7.01.02	Outras Receitas	65.036	72.741
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	702.157	400.811
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.813.396	-899.158
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.141.125	-728.324
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-77.415	-36.311
7.02.04	Outros	-594.856	-134.523
7.02.04.01	Acordo de leniência	-466.834	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.410.895	1.756.739
7.04	Retenções	-411.470	-355.553
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-411.470	-355.553
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	999.425	1.401.186
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	203.419	159.897
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	11	23
7.06.02	Receitas Financeiras	200.721	163.366
7.06.03	Outros	2.687	-3.492
7.06.03.01	Resulado de operações descontinuadas	2.687	-3.492
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.202.844	1.561.083
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.202.844	1.561.083
7.08.01	Pessoal	309.785	247.635
7.08.01.01	Remuneração Direta	242.130	192.861
7.08.01.02	Benefícios	48.422	42.829
7.08.01.03	F.G.T.S.	19.233	11.945
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	452.160	462.016
7.08.02.01	Federais	325.370	348.837
7.08.02.02	Estaduais	16	113
7.08.02.03	Municipais	126.774	113.066
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	705.585	536.332
7.08.03.01	Juros	429.662	342.222
7.08.03.02	Aluguéis	17.246	13.150
7.08.03.03	Outras	258.677	180.960
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-264.686	315.100
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-264.686	307.477
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	7.623

## RESULTADOS CONSOLIDADOS

### Receita Bruta Consolidada por Segmento

RECEITA BRUTA (em milhões de R\$)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
Concessões Rodoviárias	801,3	650,7	23,1%	2.193,1	1.952,2	12,3%
Receita de Construção	199,3	136,9	45,6%	702,2	400,8	75,2%
Ecoporto Santos	100,0	103,0	-2,9%	303,1	272,0	11,4%
Ecopátio Cubatão	6,0	8,4	-28,4%	20,6	24,3	-15,3%
Serviços	52,9	45,7	15,6%	146,3	140,1	4,4%
Eliminações	(51,1)	(44,0)	16,2%	(140,9)	(133,5)	5,5%
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>1.108,4</b>	<b>900,8</b>	<b>23,0%</b>	<b>3.224,3</b>	<b>2.655,9</b>	<b>21,4%</b>
(-) Receita de Construção	(199,3)	(136,9)	45,6%	(702,2)	(400,8)	75,2%
<b>RECEITA BRUTA PRÓ-FORMA</b>	<b>909,1</b>	<b>763,9</b>	<b>19,0%</b>	<b>2.522,1</b>	<b>2.255,1</b>	<b>11,8%</b>

### Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Natureza

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
Pessoal	121,2	87,8	38,0%	309,8	247,6	25,1%
Conservação e Manutenção	30,5	21,8	39,8%	79,1	64,4	22,9%
Serviços de Terceiros	56,9	42,5	34,0%	169,3	129,3	31,0%
Seguros, Poder Concedente e Locações	28,5	21,7	31,3%	80,4	69,4	16,0%
Outros	24,7	18,1	36,9%	65,0	52,9	22,9%
<b>CUSTOS CAIXA</b>	<b>261,8</b>	<b>191,9</b>	<b>36,5%</b>	<b>703,6</b>	<b>563,5</b>	<b>24,9%</b>
<b>CUSTOS CAIXA COMPARÁVEIS<sup>1</sup></b>	<b>194,2</b>	<b>182,4</b>	<b>6,5%</b>	<b>587,1</b>	<b>553,6</b>	<b>6,1%</b>
Custo de Construção de Obras	199,3	136,9	45,6%	702,2	400,8	75,2%
Provisão para Manutenção	58,3	32,3	80,2%	139,8	71,2	96,3%
Depreciação e Amortização	151,0	120,3	25,5%	411,5	355,6	15,7%
<b>CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS</b>	<b>670,4</b>	<b>481,4</b>	<b>39,3%</b>	<b>1.957,0</b>	<b>1.391,1</b>	<b>40,7%</b>

<sup>1</sup> Exclui gastos não comparáveis com investigações, Eco135, Eco050 (MGO) e gastos rescisórios com ex-executivos colaboradores

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$670,4 milhões no 3T19 (+39,3%) e R\$1.957,0 milhões nos 9M19 (+40,7%) devido, principalmente, ao início da operação da Eco135, a partir de 01 de abril de 2019, à consolidação da Eco050 (MGO), a partir de 31 de maio de 2019 e ao incremento do custo de construção em função das obras de acesso à Linha Vermelha na Ecoponte, duplicações da Eco101 e obras relacionadas ao aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes. Desconsiderando a depreciação e amortização, provisão para manutenção e custo de construção, os custos caixa atingiram R\$261,8 milhões no 3T19 (+36,5%) e de R\$703,6 milhões nos 9M19 (+24,9%).

Os custos caixa referentes ao início da operação da Eco135 e à consolidação da Eco050 (MGO) totalizaram R\$38,4 milhões no 3T19 e R\$70,5 milhões nos 9M19. A Companhia apresentou gastos de R\$29,3 milhões no 3T19 e R\$46,0 milhões nos 9M19, referentes a honorários advocatícios, serviços de consultoria especializada dedicada a apoiar as investigações e gastos rescisórios com ex-executivos colaboradores. Excluindo esses efeitos, os custos caixa comparáveis atingiram R\$194,2 milhões no 3T19 (+6,5%) e R\$587,1 milhões nos 9M19 (+6,1%) devido, principalmente, ao incremento dos custos com manutenção nas concessionárias e crescimento dos gastos de serviços de terceiros do Ecoporto em função do incremento das movimentações.

Assim como no 3T18, a Companhia registrou despesas com estudos de novas oportunidades no setor de rodovias nos leilões estaduais e federais, com o objetivo de estender o prazo de duração do seu portfólio de concessões rodoviárias.

## Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Segmento

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
Concessões Rodoviárias	198,2	152,9	29,7%	533,0	459,8	15,9%
Ecoporto Santos	39,5	31,4	26,0%	117,4	93,2	26,0%
Ecopátio Cubatão	3,4	7,8	-57,0%	12,8	24,6	-48,2%
Serviços e Holding	70,8	44,0	60,8%	178,8	120,0	49,0%
Eliminações	(50,1)	(44,2)	13,3%	(138,4)	(134,1)	3,2%
<b>CUSTOS CAIXA</b>	<b>261,8</b>	<b>191,9</b>	<b>36,5%</b>	<b>703,6</b>	<b>563,5</b>	<b>24,9%</b>
<b>CUSTOS CAIXA COMPARÁVEIS<sup>1</sup></b>	<b>194,2</b>	<b>182,4</b>	<b>6,5%</b>	<b>587,1</b>	<b>553,6</b>	<b>6,1%</b>
Custo de Construção de Obras	199,3	136,9	45,6%	702,2	400,8	75,2%
Provisão para Manutenção	58,3	32,3	80,2%	139,8	71,2	96,3%
Depreciação e Amortização	151,0	120,3	25,5%	411,5	355,6	15,7%
<b>CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS</b>	<b>670,4</b>	<b>481,4</b>	<b>39,3%</b>	<b>1.957,0</b>	<b>1.391,1</b>	<b>40,7%</b>

<sup>1</sup> Exclui gastos não comparáveis com investigações, Eco135, Eco050 (MGO) e gastos rescisórios com ex-executivos colaboradores

Os custos caixa no segmento de concessões rodoviárias tiveram aumento de R\$45,3 milhões no 3T19 (+29,7%), devido ao início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO) e a gastos rescisórios com ex-executivos colaboradores. **Excluindo esses efeitos, os custos caixa do segmento de concessões rodoviárias atingiram R\$158,2 milhões no 3T19 (+6,6%),** em função, principalmente, do incremento em conservação e manutenção. O segmento de Serviços e  *Holding* apresentou aumento de R\$26,8 milhões no 3T19 (+60,8%), sendo R\$22,6 milhões referente ao incremento de honorários advocatícios, serviços de consultoria especializada dedicada a apoiar as investigações e gastos rescisórios com ex-executivos colaboradores. Os custos caixa do Ecoporto Santos apresentaram aumento de R\$8,1 milhões. Os custos caixa do Ecopátio Cubatão apresentaram redução de R\$4,4 milhões.

## Outras Receitas/Despesas - Acordo de Leniência e Acordos com Ex-Executivos Colaboradores

Em 12 de agosto de 2019, a Companhia e suas controladas Ecorodovias Concessões e Serviços (“ECS”) e as Concessionárias do Paraná (Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas), celebraram acordo de leniência com o Ministério Público Federal, pelo qual se comprometeram: (a) a Companhia ou a ECS a pagar o valor de R\$30 milhões a título de multa; (b) a Ecovia a arcar com R\$20 milhões de obras e R\$100 milhões de redução tarifária; e (c) a Ecocataratas a arcar com R\$130 milhões de obras e R\$120 milhões de redução tarifária totalizando R\$ 400 milhões.

Adicionalmente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de setembro de 2019, foram deliberados os termos dos contratos celebrados entre a Companhia e seus ex-executivos (“Acordo com Ex-Executivos Colaboradores”), que disciplinam a sua colaboração com as autoridades públicas, onde a Companhia obrigou-se a pagar ao longo de 5 anos o montante total de R\$67,3 milhões.

A contabilização dos referidos acordos foi registrada no 3T19 na rubrica Outras Receitas/Despesas no valor de R\$466,8 milhões, sendo R\$400,0 milhões referente ao Acordo de Leniência e R\$66,8 milhões ao Acordo com Ex-Executivos Colaboradores.



## EBITDA

EBITDA (em milhões de R\$)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
Lucro Líquido	(408,6)	94,0	n.m.	(264,7)	315,1	-184,0%
(+) Lucro Líquido das Operações Descontinuadas	-	0,0	n.m.	(2,7)	3,5	-176,9%
Lucro Líquido Operações Continuadas	(408,6)	94,0	n.m.	(267,4)	318,6	-183,9%
(+) Depreciação e Amortização	151,0	120,3	25,5%	411,5	355,6	15,7%
(+) Resultado Financeiro	180,4	129,3	39,5%	487,6	359,8	35,5%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	67,5	69,9	-3,4%	202,7	237,2	-14,5%
<b>EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>(9,8)</b>	<b>413,5</b>	<b>-102,4%</b>	<b>834,4</b>	<b>1.271,2</b>	<b>-34,4%</b>
(+) Acordos de Leniência e com os Ex-Executivos Colaboradores	466,8	-	n.m.	466,8	-	n.m.
(+) Provisão para Manutenção	58,3	32,3	80,2%	139,8	71,2	96,3%
<b>EBITDA PRÓ-FORMA<sup>2</sup></b>	<b>515,4</b>	<b>445,9</b>	<b>15,6%</b>	<b>1.441,1</b>	<b>1.342,4</b>	<b>7,4%</b>
<b>MARGEM EBITDA PRÓ-FORMA<sup>2</sup></b>	<b>66,3%</b>	<b>70,0%</b>	<b>-3,7 p.p.</b>	<b>67,3%</b>	<b>70,8%</b>	<b>-3,5 p.p.</b>
Gastos não comparáveis	29,3	5,1	n.m.	46,0	5,1	n.m.
<b>EBITDA PRÓ-FORMA<sup>2,3</sup></b>	<b>544,6</b>	<b>451,0</b>	<b>20,8%</b>	<b>1.487,1</b>	<b>1.347,5</b>	<b>10,4%</b>
<b>MARGEM EBITDA PRÓ-FORMA<sup>2,3</sup></b>	<b>70,1%</b>	<b>70,8%</b>	<b>-0,7 p.p.</b>	<b>69,4%</b>	<b>71,1%</b>	<b>-1,7 p.p.</b>

<sup>1</sup> EBITDA calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de Outubro de 2012

<sup>2</sup> EBITDA calculado excluindo a Provisão de Manutenção e não considera provisões de R\$466,8 milhões referentes aos Acordos de Leniência e com os Ex-Executivos Colaboradores no 3T19 e 9M19

<sup>3</sup> Exclui gastos não comparáveis com investigações e gastos rescisórios com ex-executivos colaboradores

## EBITDA Pró-forma por Segmento

EBITDA (em milhões de R\$)	3T19	Margem	3T18	Margem	Var.
<b>Concessões Rodoviárias<sup>1</sup></b>	<b>534,5</b>	<b>73,0%</b>	<b>442,9</b>	<b>74,5%</b>	<b>20,7%</b>
Concessões existentes <sup>1</sup>	460,3	74,3%	447,3	75,2%	2,9%
Eco135 <sup>1</sup>	43,8	77,9%	(4,4)	n.m.	n.m.
Eco050 (MGO) <sup>1</sup>	30,4	53,8%	-	n.m.	n.m.
<b>Ecoporto Santos</b>	<b>3,8</b>	<b>8,7%</b>	<b>7,2</b>	<b>18,6%</b>	<b>-47,3%</b>
<b>Serviços e Holding</b>	<b>(24,8)</b>	<b>-52,4%</b>	<b>(4,2)</b>	<b>n.m.</b>	<b>n.m.</b>
<b>Ecopátio Cubatão</b>	<b>1,8</b>	<b>35,1%</b>	<b>(0,5)</b>	<b>n.m.</b>	<b>n.m.</b>
<b>EBITDA PRÓ-FORMA<sup>1,2</sup></b>	<b>515,4</b>	<b>66,3%</b>	<b>445,9</b>	<b>70,0%</b>	<b>15,6%</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA<sup>3</sup></b>	<b>777,2</b>		<b>637,0</b>		<b>22,0%</b>
<b>Gastos não comparáveis</b>	<b>29,3</b>	<b>-</b>	<b>5,1</b>	<b>-</b>	<b>n.m.</b>
<b>EBITDA PRÓ-FORMA<sup>1,2,4</sup></b>	<b>544,6</b>	<b>70,1%</b>	<b>451,0</b>	<b>70,8%</b>	<b>20,8%</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA<sup>3</sup></b>	<b>777,2</b>		<b>637,0</b>		<b>22,0%</b>

<sup>1</sup> Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção

<sup>2</sup> Não considera provisões de R\$466,8 milhões referentes aos Acordos de Leniência e com os Ex-Executivos Colaboradores no 3T19 e 9M19

<sup>3</sup> Exclui receita de construção

<sup>4</sup> Exclui gastos não comparáveis com investigações e gastos rescisórios com ex-executivos colaboradores

O EBITDA pró-forma apresentou aumento de 15,6%, totalizando R\$515,4 milhões no 3T19 e margem EBITDA de 66,3% devido, principalmente, ao início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO), mesmo com os gastos de R\$29,3 milhões com honorários advocatícios, serviços de consultoria especializada dedicada a apoiar nas investigações e rescisões com ex-executivos colaboradores. **O EBITDA pró-forma, excluindo esses gastos, foi de R\$544,6 milhões (+20,8%) e margem EBITDA de 70,1% no 3T19.** O EBITDA do segmento de concessões rodoviárias teve aumento de 20,7% e a margem EBITDA atingiu 73,0%. O EBITDA do Ecoporto apresentou redução de R\$3,4 milhões. O EBITDA do Ecopátio Cubatão apresentou aumento de R\$2,3 milhões.

EBITDA (em milhões de R\$)	9M19	Margem	9M18	Margem	Var.
<b>Concessões Rodoviárias<sup>1</sup></b>	<b>1.473,9</b>	<b>73,5%</b>	<b>1.326,4</b>	<b>74,4%</b>	<b>11,1%</b>
Concessões existentes <sup>1</sup>	1.362,3	74,7%	1.331,3	74,6%	2,3%
Eco135 <sup>1</sup>	72,6	66,7%	(4,8)	n.m.	n.m.
Eco050 (MGO) <sup>1</sup>	38,9	53,1%	-	n.m.	n.m.
<b>Ecoporto Santos</b>	<b>13,1</b>	<b>10,1%</b>	<b>16,1</b>	<b>16,1%</b>	<b>-18,9%</b>
<b>Serviços e Holding</b>	<b>(50,7)</b>	<b>n.m.</b>	<b>3,5</b>	<b>2,8%</b>	<b>n.m.</b>
<b>Ecopátio Cubatão</b>	<b>4,9</b>	<b>27,7%</b>	<b>(3,6)</b>	<b>-</b>	<b>n.m.</b>
<b>EBITDA PRÓ-FORMA<sup>1,2</sup></b>	<b>1.441,1</b>	<b>67,3%</b>	<b>1.342,4</b>	<b>70,8%</b>	<b>7,4%</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA<sup>3</sup></b>	<b>2.141,6</b>		<b>1.895,8</b>		<b>13,0%</b>
<b>Gastos não comparáveis</b>	<b>46,0</b>		<b>5,1</b>	<b>-</b>	<b>n.m.</b>
<b>EBITDA PRÓ-FORMA<sup>1,2,4</sup></b>	<b>1.487,1</b>	<b>69,4%</b>	<b>1.347,5</b>	<b>71,1%</b>	<b>10,4%</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA<sup>3</sup></b>	<b>2.141,6</b>		<b>1.895,8</b>		<b>13,0%</b>

<sup>1</sup> Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção

<sup>2</sup> Não considera provisões de R\$466,8 milhões referentes aos Acordos de Leniência e com os Ex-Executivos Colaboradores no 3T19 e 9M19

<sup>3</sup> Exclui receita de construção

<sup>4</sup> Exclui gastos não comparáveis com investigações e gastos rescisórios com ex-executivos colaboradores

Nos 9M19, o EBITDA pró-forma  **aumentou 7,4%**, totalizando R\$1.441,1 milhões com margem EBITDA de 67,3%.  **O EBITDA pró-forma, excluindo os gastos com as investigações e rescisórios foi de R\$1.487,1 milhões (+10,4%) e margem EBITDA de 69,4% nos 9M19.**

## Resultado Financeiro Consolidado

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R\$)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
Juros sobre Debêntures	(138,8)	(107,6)	29,0%	(361,1)	(292,4)	23,5%
Varição Monetária sobre Debêntures	(8,3)	(33,2)	-75,0%	(74,9)	(77,1)	-2,9%
Juros sobre Financiamentos	(33,0)	(13,0)	152,8%	(69,6)	(38,5)	80,6%
Efeitos financeiros sobre Direito de Outorga	(28,1)	-	n.m.	(62,6)	0,1	n.m.
Varição Monetária e Cambial s/ Empréstimos e Financ.	(5,7)	(3,9)	44,1%	(7,0)	(19,1)	-63,5%
Receitas de Aplicações Financeiras	46,9	40,8	14,7%	124,0	101,8	21,9%
Ajuste a Valor Presente	(13,0)	(7,8)	66,4%	(34,1)	(23,5)	45,2%
Outros Efeitos Financeiros	(0,3)	(4,6)	-93,0%	(2,3)	(11,0)	-78,7%
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(180,4)</b>	<b>(129,3)</b>	<b>39,5%</b>	<b>(487,6)</b>	<b>(359,8)</b>	<b>35,5%</b>

O resultado financeiro apresentou aumento de 39,5% no 3T19 e de 35,5% nos 9M19, sendo as variações mais representativas do trimestre destacadas abaixo:

- Juros sobre debêntures: aumento de R\$31,2 milhões devido ao incremento do saldo médio de debêntures no 3T19;
- Varição monetária sobre debêntures: redução de R\$24,9 milhões em função da diminuição do IPCA entre os períodos (+0,3% de jun a ago/19 vs +1,5% de jun a ago/18);
- Juros sobre financiamentos: aumento de R\$20,0 milhões devido, principalmente, à consolidação da Eco050 (MGO) a partir de 31 de maio de 2019;
- Efeitos financeiros sobre Direito de Outorga: aumento de R\$28,1 milhões (não caixa) devido a entrada em operação da Eco135 a partir de 01 de abril de 2019; e
- Varição monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos: aumento de R\$1,7 milhão em razão da valorização do Dólar em relação ao Real no 3T19 (+8,7%), comparado com a valorização registrada no 3T18 (+3,8%).

Os **Juros pagos** totalizaram R\$63,9 milhões no 3T19 (+10,0%) e R\$383,7 milhões nos 9M19 (48,2%)

## Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social totalizou R\$67,5 milhões no 3T19 (-3,4%) e R\$202,7 milhões nos 9M19 (-14,5%). Para mais informações sobre a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social.

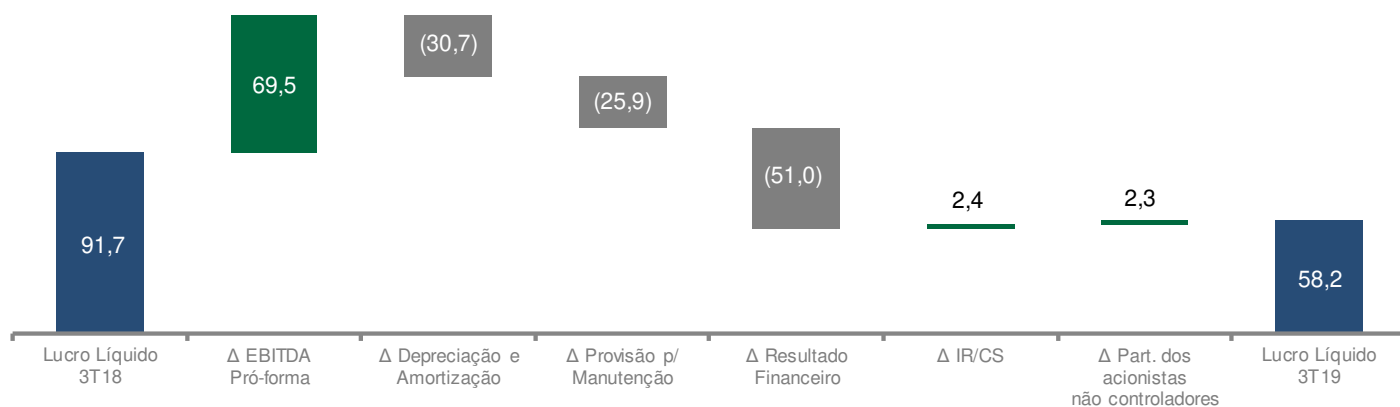
Os Impostos pagos totalizaram R\$84,2 milhões no 3T19 (+27,5%) e R\$256,2 milhões nos 9M19 (+14,9%)

## Lucro (Prejuízo) Líquido

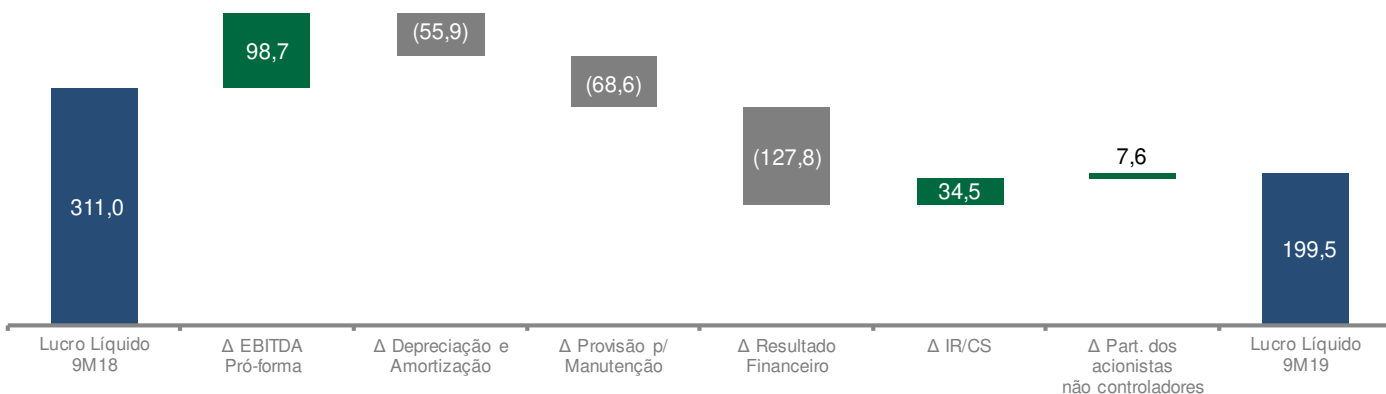
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO (em milhões de R\$)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO</b>	<b>(408,6)</b>	<b>91,7</b>	<b>n.m.</b>	<b>(267,4)</b>	<b>311,0</b>	<b>-186,0%</b>
(+) Acordos de Leniência e com os Ex-Executivos Colaboradores	466,8	-	n.m.	466,8	-	n.m.
<b>LUCRO LÍQUIDO<sup>1</sup></b>	<b>58,2</b>	<b>91,7</b>	<b>-36,5%</b>	<b>199,5</b>	<b>311,0</b>	<b>-35,9%</b>

<sup>1</sup> Exclui provisões dos Acordos de Leniência e com os Ex-Executivos Colaboradores no 3T19 e 9M19

## Evolução do Lucro Líquido por Natureza (em milhões de R\$)



O lucro líquido recorrente, excluindo provisões dos Acordos de Leniência e com os Ex-Executivos Colaboradores, foi de R\$58,2 milhões no 3T19 (-36,5%), influenciado negativamente pelo menor resultado financeiro (-R\$51,0 milhões) devido, principalmente, ao início da contabilização da variação monetária sobre direito de outorga da Eco135; pelos custos de provisão para manutenção (-R\$25,9 milhões) devido ao início da operação da Eco135 e da Eco050 (MGO) e aumento do custo do CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo) na apuração dos ciclos futuros de manutenção quando comparado com o 3T18; maior depreciação e amortização (-R\$30,7 milhões) devido ao início da operação da Eco135 e da Eco050 (MGO) e em razão da maior base de ativos nas concessionárias; compensado, parcialmente, pelo maior EBITDA pró-forma (R\$69,5 milhões) referente, principalmente, ao início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO), pelo menor imposto de renda e contribuição social (+R\$2,4 milhões); e resultado na rubrica acionistas não controladores (+R\$2,3 milhões).



Nos 9M19, o lucro líquido totalizou R\$199,5 milhões (-35,9%).

## Disponibilidade Financeira e Endividamento

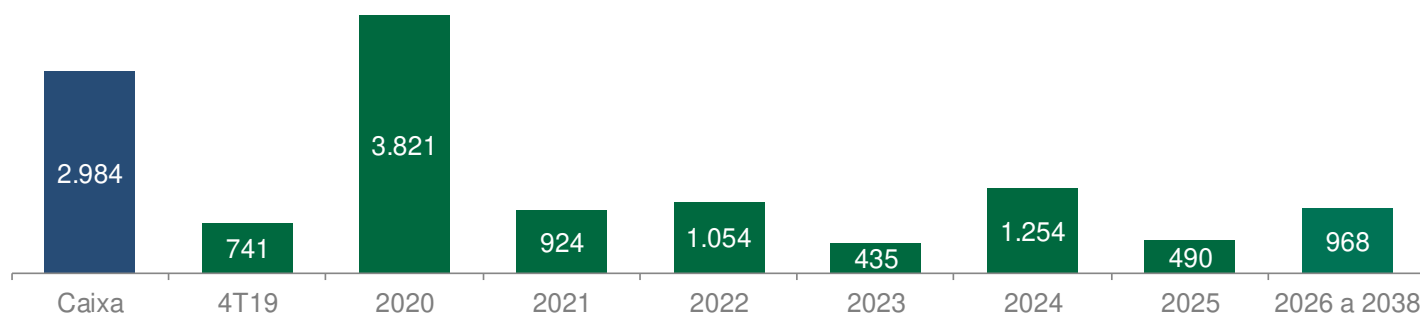
A dívida bruta da Ecorodovias atingiu R\$9.688,1 milhões em setembro de 2019, redução de 1,2% em relação a junho de 2019.

A dívida bruta, em 30 de setembro de 2019, era composta por 61% de vencimentos no longo prazo. O total de caixa e equivalentes foi de R\$2.984,1 milhões em setembro de 2019, não considera o valor de R\$182,2 milhões de bloqueios judiciais na Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas realizado em 21 de março de 2019.

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	30/09/2019	30/06/2019	Var.
Curto Prazo	3.823,5	3.686,3	3,7%
Longo Prazo	5.864,6	6.118,4	-4,1%
Dívida Bruta Total	9.688,1	9.804,7	-1,2%
(-) Caixa e equivalentes	2.984,1	3.269,1	-8,7%
Dívida Líquida	6.704,0	6.535,6	2,6%
<b>DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA PRÓ-FORMA<sup>1</sup> udm</b>	<b>3,3x</b>	<b>3,3x</b>	<b>0,0x</b>

<sup>1</sup> Inclui consolidação do EBITDA pró-forma udm da Eco050 (MGO) e caixa referente a bloqueios judiciais na Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas e exclui provisões dos Acordos de Leniência e com os Ex-Executivos Colaboradores no 3T19

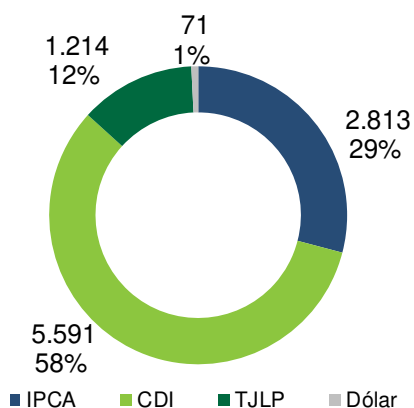
## Cronograma de amortização da dívida bruta (em milhões de R\$) em 30/09/2019:



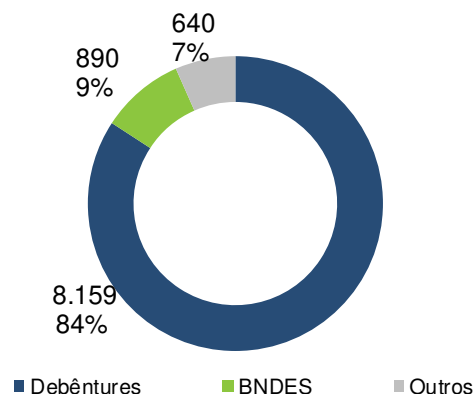
Os vencimentos do 4T19 serão equacionados com a geração de caixa da Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas e com o caixa disponível da Ecorodovias Concessões e Serviços.

Em 09 de outubro de 2019, a Ecorodoanel realizou o pré-pagamento da sua 1ª emissão de debêntures no valor de R\$900 milhões cujo vencimento era em março de 2020, em função do atraso na conclusão das obras para assinatura do contrato de concessão.

### Dívida Bruta – 30/09/2019 por indexador (em milhões de R\$ e %)



### Dívida Bruta – 30/09/2019 por instrumento (em milhões de R\$ e %)



### Capex Consolidado por Segmento:

CAPEX (em milhões de R\$)	3T19			9M19		
	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	TOTAL	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	TOTAL
<b>Concessões Rodoviárias</b>	<b>279,4</b>	<b>45,8</b>	<b>325,2</b>	<b>783,4</b>	<b>104,8</b>	<b>888,1</b>
Ecovias dos Imigrantes	56,0	7,9	63,9	139,8	16,6	156,3
Ecopistas	9,1	5,3	14,4	35,4	11,2	46,6
Ecovia Caminho do Mar	1,0	13,2	14,3	2,8	29,8	32,6
Ecocataratas	6,9	17,7	24,6	12,5	42,2	54,7
Ecosul	15,8	1,8	17,6	47,2	5,0	52,2
Eco101	82,6	-	82,6	208,5	-	208,5
Ecoponte	67,5	-	67,5	182,0	-	182,0
Eco135	5,1	-	5,1	101,0	-	101,0
Eco050 (MGO)	35,3	-	35,3	54,2	-	54,2
<b>Ecoporto Santos e Ecopátio Cubatão</b>	<b>2,5</b>	<b>-</b>	<b>2,5</b>	<b>3,7</b>	<b>-</b>	<b>3,7</b>
<b>Outros<sup>1</sup></b>	<b>1,5</b>	<b>-</b>	<b>1,5</b>	<b>5,4</b>	<b>-</b>	<b>5,4</b>
<b>CAPEX</b>	<b>283,5</b>	<b>45,8</b>	<b>329,3</b>	<b>792,4</b>	<b>104,8</b>	<b>897,2</b>

<sup>1</sup> Considera Serviços e Holding

O Capex realizado foi de R\$329,3 milhões no 3T19 e de R\$897,2 milhões nos 9M19. Os principais investimentos do trimestre nas concessões rodoviárias foram as duplicações da Eco101, obras de acesso à Linha Vermelha na Ecoponte e obras relacionadas ao aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes.

## Notas Explicativas

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura", "Companhia" ou "EIL") é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuário, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui nove concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) em sete estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias") estão sumariadas na Nota Explicativa nº 10.

A conclusão e emissão das Informações Trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2019 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 22 de outubro de 2019.

### 2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominadas de "demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018"), publicadas no dia 15 de março de 2019 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br) e [www.ecorodovias.com/ri](http://www.ecorodovias.com/ri).

### 3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.i às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.i às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, houve alterações após a aplicação do CPC 06 (R2) operações de arrendamento mercantil, conforme descrito a seguir:

O CPC 06 (R2) passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

## Notas Explicativas

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia optou pela adoção da abordagem retrospectiva modificada como método de transição em 1º de janeiro de 2019, com efeitos desde o início do primeiro período praticável e consequentemente, os períodos comparativos estão sendo rerepresentados.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a CPC 06 (R2). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) apenas para os contratos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.

Em conformidade com o CPC 06 (R2), a Companhia optou também por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses) e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a R\$10 mil (considerado pela Companhia).

Os impactos mais significativos identificados pela adoção da IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

- Arrendamento terminal portuário;
- Arrendamento de máquinas, equipamentos, veículos e imóveis.

Adicionalmente, o CPC 06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos nas Nota Explicativas nos 14 e 15.

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 06 (R2), em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

**Notas Explicativas**

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	Consolidado					
	Originalmente Divulgado		Reapresentado	Originalmente Divulgado		Reapresentado
	31/12/2018	CPC 06 (R2)	01/01/2019	31/12/2017	CPC 06 (R2)	01/01/2018
<b>CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	2.650.489	-	2.650.489	1.607.979	-	1.607.979
Títulos e valores mobiliários	61.521	-	61.521	60.234	-	60.234
Clientes	138.338	-	138.338	148.954	-	148.954
Tributos a recuperar	100.757	-	100.757	55.686	-	55.686
Despesas antecipadas	8.112	-	8.112	7.977	-	7.977
Partes relacionadas	186	-	186	583	-	583
Outros créditos	35.405	-	35.405	26.064	-	26.064
Ativos mantidos para venda	80.502	-	80.502	231.916	-	231.916
Outros créditos venda participação	13.215	-	13.215	-	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>3.088.525</b>	<b>-</b>	<b>3.088.525</b>	<b>2.139.393</b>	<b>-</b>	<b>2.139.393</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Títulos e valores mobiliários	15.809	-	15.809	9.602	-	9.602
Tributos diferidos	367.380	-	367.380	356.491	-	356.491
Depósitos judiciais	189.732	-	189.732	188.470	-	188.470
Outros créditos	27.818	-	27.818	7.598	-	7.598
Outros créditos venda participação	69.848	-	69.848	-	-	-
Despesas antecipadas	13.713	-	13.713	13.801	-	13.801
Investimentos:						
Em controladas e coligadas	1.105	-	1.105	1.071	-	1.071
Imobilizado	523.532	-	523.532	537.505	-	537.505
Intangível	5.723.473	15.333	5.738.806	4.561.827	17.489	4.579.316
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>6.932.410</b>	<b>15.333</b>	<b>6.947.743</b>	<b>5.676.365</b>	<b>17.489</b>	<b>5.693.854</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>10.020.935</b>	<b>15.333</b>	<b>10.036.268</b>	<b>7.815.758</b>	<b>17.489</b>	<b>7.833.247</b>



**Notas Explicativas**

BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	Consolidado							
	Originalmente Divulgado		Reapresentado		Originalmente Divulgado		Reapresentado	
	31/12/2018	CPC 06 (R2)	01/01/2019	31/12/2017	CPC 06 (R2)	01/01/2018		
<b>CIRCULANTE</b>								
Fornecedores	100.708	-	100.708	89.544	-	89.544		
Empréstimos e financiamentos	81.029	-	81.029	74.658	-	74.658		
Debêntures	1.417.300	-	1.417.300	1.074.858	-	1.074.858		
Arrendamento Mercantil	-	9.925	9.925	-	10.559	10.559		
Impostos, taxas e contribuições a recolher	64.704	-	64.704	36.075	-	36.075		
Obrigações sociais e trabalhistas	65.572	-	65.572	67.677	-	67.677		
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	778	-	778	4.076	-	4.076		
Partes relacionadas	19.881	-	19.881	15.594	-	15.594		
Obrigações com Poder Concedente	10.608	-	10.608	13.488	-	13.488		
Provisão para imposto de renda e contribuição social	45.091	-	45.091	24.551	-	24.551		
Provisão para manutenção	79.074	-	79.074	90.503	-	90.503		
Provisão para construção de obras futuras	71.841	-	71.841	57.568	-	57.568		
Outras contas a pagar	45.813	-	45.813	21.184	-	21.184		
Passivos mantidos para venda	6.059	-	6.059	189.798	-	189.798		
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>2.008.458</b>	<b>9.925</b>	<b>2.018.383</b>	<b>1.759.574</b>	<b>10.559</b>	<b>1.770.133</b>		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Empréstimos e financiamentos	564.712	-	564.712	508.710	-	508.710		
Debêntures	5.445.468	-	5.445.468	4.340.390	-	4.340.390		
Arrendamento Mercantil	-	5.408	5.408	-	6.930	6.930		
Tributos diferidos	22.666	-	22.666	16.767	-	16.767		
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	185.464	-	185.464	197.208	-	197.208		
Provisão para manutenção	241.401	-	241.401	179.121	-	179.121		
Provisão para construção de obras futuras	25.026	-	25.026	7.698	-	7.698		
Obrigações com Poder Concedente	764.830	-	764.830	-	-	-		
Outras contas a pagar	84.062	-	84.062	49.720	-	49.720		
Outras contas a pagar - Aquisição de empresas	38.529	-	38.529	-	-	-		
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>7.372.158</b>	<b>5.408</b>	<b>7.377.566</b>	<b>5.299.614</b>	<b>6.930</b>	<b>5.306.544</b>		
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>								
Capital social	360.900	-	360.900	360.900	-	360.900		
Reserva de lucros - legal	46.140	-	46.140	27.415	-	27.415		
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	18.929	-	18.929	242.862	-	242.862		
Reserva de lucros - orçamento de capital	177.892	-	177.892	-	-	-		
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	51.706	-	51.706	51.472	-	51.472		
Reserva de capital - alienação part. acionistas não controladores	14.219	-	14.219	5.441	-	5.441		
Ações em tesouraria	(29.467)	-	(29.467)	(29.467)	-	(29.467)		
Atribuído à participação dos acionistas controladores	640.319	-	640.319	658.623	-	658.623		
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas	-	-	-	97.947	-	97.947		
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>640.319</b>	<b>-</b>	<b>640.319</b>	<b>756.570</b>	<b>-</b>	<b>756.570</b>		
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>10.020.935</b>	<b>15.333</b>	<b>10.036.268</b>	<b>7.815.758</b>	<b>17.489</b>	<b>7.833.247</b>		

**Notas Explicativas**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Controladora							
	Três meses findos em				Nove meses findos em			
	Originalmente Divulgado		Reapresentado		Originalmente Divulgado		Reapresentado	
	30/09/2018	CPC06 (R2)	Ecopátio*	30/09/2018	30/09/2018	CPC06 (R2)	Ecopátio*	30/09/2018
RECEITA LÍQUIDA	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	-	-	-	-
LUCRO BRUTO	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS								
Despesas gerais e administrativas	(9.413)	-	-	(9.413)	(23.132)	-	-	(23.132)
Resultado de equivalência patrimonial	120.566	(485)	(2.536)	117.545	404.142	(1.452)	(9.869)	392.821
Amortização do ágio sobre investimento	(2.896)	-	-	(2.896)	(8.692)	-	-	(8.692)
Outras receitas (despesas), líquidas	161	-	-	161	471	-	-	471
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	108.418	(485)	(2.536)	105.397	372.789	(1.452)	(9.869)	361.468

RESULTADO FINANCEIRO	Controladora							
	Três meses findos em				Nove meses findos em			
	Originalmente Divulgado		Reapresentado		Originalmente Divulgado		Reapresentado	
	30/09/2018	CPC06 (R2)	Ecopátio*	30/09/2018	30/09/2018	CPC06 (R2)	Ecopátio*	30/09/2018
Receitas financeiras	3.658	-	-	3.658	12.427	-	-	12.427
Despesas financeiras	(17.350)	-	-	(17.350)	(62.926)	-	-	(62.926)
	(13.692)	-	-	(13.692)	(50.499)	-	-	(50.499)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	94.726	(485)	(2.536)	91.705	322.290	(1.452)	(9.869)	310.969
LUCRO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	94.726	(485)	(2.536)	91.705	322.290	(1.452)	(9.869)	310.969
PREJUÍZO DO PERÍODO RESULTANTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(1.198)	-	1.182	(16)	(4.363)	-	871	(3.492)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	93.528	(485)	(1.354)	91.689	317.927	(1.452)	(8.998)	307.477
ATRIBUÍVEL A:								
Participação dos acionistas controladores	93.528	(485)	(1.354)	91.689	317.927	(1.452)	(8.998)	307.477
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-
	93.528	(485)	(1.354)	91.689	317.927	(1.452)	(8.998)	307.477

LUCRO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS E DESCONTINUADAS	Controladora							
	Três meses findos em				Nove meses findos em			
	30/09/2018	CPC06 (R2)	Ecopátio*	30/09/2018	30/09/2018	CPC06 (R2)	Ecopátio*	30/09/2018
Básico - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,16808	-	-	0,16477	0,57134	-	-	0,55256
Diluído - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,16641	-	-	0,16314	0,56566	-	-	0,54707

**Notas Explicativas**LUCRO POR AÇÃO ORIGINADO  
DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS

Básico - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,17023	-	-	0,16480	0,57918	-	-	0,55883
Diluído - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,16854	-	-	0,16316	0,57343	-	-	0,55328



**Notas Explicativas**

## LUCRO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS E DESCONTINUADAS

Básico - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias

0,16808

-

0,16477

0,57134

-

0,55256

Diluído - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias

0,16641

-

0,16314

0,56566

-

0,54707

## LUCRO POR AÇÃO ORIGINADO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS

Básico - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias

0,17023

-

0,16480

0,57918

-

0,55883

Diluído - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias

0,16854

-

0,16316

0,57343

-

0,55328

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	Controladora							
	Três meses findos em				Nove meses findos em			
	Originalmente Divulgado		Reapresentado		Originalmente Divulgado		Reapresentado	
	30/09/2018	CPC06 (R2)	Ecopátio*	30/09/2018	30/09/2018	CPC06 (R2)	Ecopátio*	30/09/2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	93.528	(485)	(1.354)	91.689	317.927	(1.452)	(8.998)	307.477
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	93.528	(485)	(1.354)	91.689	317.927	(1.452)	(8.998)	307.477

**Notas Explicativas**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	Consolidado							
	Três meses findos em				Nove meses findos em			
	Originalmente Divulgado		Reapresentado		Originalmente Divulgado		Reapresentado	
	30/09/2018	CPC06 (R2)	Ecopátio*	30/09/2018	30/09/2018	CPC06 (R2)	Ecopátio*	30/09/2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	95.865	(485)	(1.354)	94.026	325.552	(1.454)	(8.998)	315.100
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	95.865	(485)	(1.354)	94.026	325.552	(1.454)	(8.998)	315.100
ATRIBUÍVEL A:								
Acionista controladores	93.528	(485)	(1.354)	91.689	317.927	(1.452)	(8.998)	307.477
Acionistas não controladores	2.337	-	-	2.337	7.625	(2)	-	7.623

## Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Capital social	Reservas de capital, Opções Outorgadas e Ações em tesouraria	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	360.900	27.446	27.415	242.862	-	658.623	97.948	756.571
Opções de ações outorgadas reconhecidas	-	233	-	-	-	233	3	236
Aquisição de participação de acionistas não controladores	-	8.777	-	-	-	8.777	(103.420)	(94.643)
Dividendos distribuídos (R\$0,72 por ação)	-	-	-	(207.447)	-	(207.447)	(2.156)	(209.603)
Lucro do período	-	-	-	-	307.477	307.477	7.625	315.102
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018	360.900	36.456	27.415	35.415	307.477	767.663	-	767.663

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Consolidado			
	Originalmente Divulgado	Reapresentado		
	30/09/2018	CPC 06 (R2)	Ecopátio*	30/09/2018
RECEITAS	2.632.275	-	23.622	2.655.897
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(885.629)	117	(13.646)	(899.158)
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO BRUTO	1.746.646	117	9.976	1.756.739
RETENÇÕES	(346.389)	(3.249)	(5.915)	(355.553)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	1.400.257	(3.132)	4.061	1.401.186
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	158.872	-	1.025	159.897
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.559.129	(3.132)	5.086	1.561.083
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.559.129	(3.132)	5.086	1.561.083
PESSOAL	237.903	-	9.732	247.635
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	459.415	(749)	3.350	462.016
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	536.259	(929)	1.002	536.332
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	325.552	(1.454)	(8.998)	315.100

## Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	Consolidado			
	Originalmente Divulgado			Reapresentado
	30/09/2018	CPC 06 (R2)	Ecopátio*	30/09/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	938.366	12.353	936	951.655
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(532.166)	-	854	(531.312)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	782.065	(12.353)	(202)	769.510

(\*) A operação do Ecopátio Logística Cubatão Ltda ("Ecopátio"), anteriormente classificada como operação descontinuada e classificada como mantida para venda deixou de ser considerada uma operação descontinuada e passou a ser novamente consolidada às operações da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019. Maiores detalhes vide nota explicativa nº 5.b).

### 4. RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

A administração reclassificou de R\$13.163 entre as rubricas "Caixa líquido das atividades de financiamento" e "Caixa líquido das atividades operacionais" para o período findo em 30 de setembro de 2018. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Pagamento ao Poder Concedente".

	Consolidado		
	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Caixa líquido das atividades de financiamento Pagamento de obrigações ao Poder Concedente	(19.444)	13.163	(6.281)
Caixa líquido das atividades operacionais Pagamento de obrigações ao Poder Concedente	(32.444)	(13.163)	(45.607)
	<u>(51.888)</u>	<u>-</u>	<u>(51.888)</u>

### 5. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

#### a) Venda de participação

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 13 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou naquela data, Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog S.A. para a Multilog S.A., pelo valor de R\$90.000 a serem liquidados em 84 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pela atualização do CDI a partir da data da conclusão. A conclusão da alienação estava sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluíam: (i) comunicação e/ou aprovação prévia da Secretaria da Receita Federal do Brasil, recebida em 1º de março de 2018; (ii) aprovação do Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor – CADE, a qual foi obtida sem restrições em 27 de dezembro de 2017; (iii) a transferência das quotas do Ecopátio Logística Cubatão Ltda. para a Companhia, ocorrida em 8 de fevereiro de 2018; e (iv) o pagamento da totalidade da dívida da Elog, ocorrida em 8 de março de 2018. A conclusão da operação se deu em 7 de março de 2018, com a efetiva transferência de quotas. Em 09 de agosto de 2018, foi apurado o "ajuste do preço de compra" no montante de R\$2.790 a favor da companhia, totalizando assim o valor de venda de R\$92.790.

A alienação da Elog S.A. é consistente com a estratégia do Grupo EcoRodovias de focar nos ativos de concessões rodoviárias.



## Notas Explicativas

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, e prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes. O contrato prevê as seguintes limitações:

- (i) A obrigação de indenização está limitada ao mínimo de R\$10 por perda individual para perdas de natureza trabalhista e de R\$20 para perdas de qualquer outra natureza, e o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) do preço de aquisição, ambos atualizados pelo CDI a partir da data de fechamento. Indenização Especial: Na eventualidade, durante o prazo de 5 (cinco) anos da data de fechamento, a licença CLIA Santos for cancelada, revogada, ou extinta exclusivamente em decorrência da Execução Fiscal vigente, a Companhia deverá pagar à compradora uma indenização de R\$4.000 corrigido pela Atualização Monetária IPCA a contar da data do fechamento;
- (ii) O prazo de pagamento das indenizações será em 30 de abril de cada ano, ou quando o valor total das perdas indenizáveis acumuladas exceder R\$500, o que ocorrer primeiro, sendo que no segundo caso a indenização deverá ser paga no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação; e
- (iii) O limite temporal pode ser de 3 (três), 5 (cinco), 6 (seis) ou 10 (dez) anos, de acordo com as naturezas da respectiva perda.

Os depósitos judiciais existentes, pertencerão à Companhia e a compradora deverá transferi-los em até 10 (dez) dias úteis contados do seu efetivo recebimento e apuração de todos os custos, despesas, impostos e eventuais perdas.

### b) Ativos e passivos mantidos para a venda

Em 25 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a proposta da diretoria para deixar de classificar a entidade Ecopátio Logística Cubatão Ltda como Ativo mantido para venda, em atendimento ao CPC31/IFRS5 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

A Companhia avaliou que uma série de eventos ocorridos no decorrer dos exercícios de 2018 e 2019, desestimularam o interesse de potenciais compradores e, em consequência, comprometeram a estratégia de venda dessa operação. Desta forma, a Companhia não considera mais que sua venda seja altamente provável. Não satisfazendo mais a característica de operação descontinuada mantida para venda, a operação passou a ser consolidada.

Em decorrência de a Companhia ter deixado de classificar as operações do Ecopátio como mantidas para venda, os resultados das operações do componente anteriormente apresentado em operações descontinuadas foram classificados e incluídos no resultado das operações em continuidade em todos os períodos apresentados. Por esse motivo, os montantes relativos a períodos anteriores estão sendo reapresentados.

A Companhia mensurou o valor recuperável dos ativos da operação do Ecopátio em 30 de setembro de 2019 e concluiu não haver perdas adicionais a serem reconhecidas.

Os efeitos dessa consolidação nas demonstrações contábeis da Companhia estão divulgados na Nota Explicativa nº 3.

**Notas Explicativas****6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	18	21	28.517	30.927
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	3.397	141.794	963.598	1.340.800
Operações compromissadas (b)	-	-	52.215	5.275
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	1.814.875	1.247.571
Aplicações automáticas (d)	135	138	13.345	25.916
	<u>3.550</u>	<u>141.953</u>	<u>2.872.550</u>	<u>2.650.489</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 de setembro de 2019 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 87,33% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 1,83% em Operações Compromissadas, 10,84% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 29,93% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,52% em Operações Compromissadas, 1,19% em Letra Financeira (LF), 62,36% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,01% em 30 de setembro de 2019 (99,10% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75% do CDI em 30 de setembro de 2019 (75% em 31 de dezembro de 2018), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.
- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 100,36% do CDI em 30 de setembro de 2019 (100,57% em 31 de dezembro de 2018), sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação financeira conhecida como APLIC AUT no Banco Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

## Notas Explicativas

### 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CONSOLIDADO

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fundo de investimento	111.548	77.330
	<u>111.548</u>	<u>77.330</u>
Circulante	89.243	61.521
Não circulante	22.305	15.809

O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 97,23% do CDI em 30 de setembro de 2019 (97,57% em 31 de dezembro de 2018) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A., para Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte-Rio Niterói - Coponte e Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. - Eco050, para operações com o BNDES para operações BNDES e Ecoporto Santos S.A. para garantia CETESB.

### 8. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pedágio eletrônico (a)	147.624	110.670
Receitas acessórias (b)	2.314	5.466
Recebíveis de portos (c)	19.561	21.336
Outras contas a receber	15.016	4.392
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (d)	(6.372)	(3.526)
	<u>178.143</u>	<u>138.338</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) Representado por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.
- (d) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada período para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

**Notas Explicativas**

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	172.271	135.533
Vencidos:		
Até 30 dias	3.042	1.779
De 31 a 90 dias	2.315	869
De 90 a 120 dias	515	157
Acima de 120 dias	6.372	3.526
	<u>184.515</u>	<u>141.864</u>

A movimentação do período nas perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Saldo no início do período	3.526	1.511
Consolidação Ecopátio (*)	1.582	1.346
Valores recuperados e baixados	(496)	(1.371)
Constituição de PECLD	1.760	3.117
Saldo no fim do período	<u>6.372</u>	<u>4.603</u>

(\*) Vide Nota Explicativa nº 5.b)

## Notas Explicativas

### 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais são:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Cível	65	64	7.620	7.264
Tributário	-	-	5.909	5.930
Trabalhista	5	-	22.679	19.300
Meio Ambiente	-	-	59.977	51.649
Desapropriações	-	-	23.735	23.952
MPF-PR (*)	-	-	182.162	-
THC2 – <i>Terminal Handling Charge</i> (**)	-	-	81.276	79.253
Outros (Distribell S.A.)	2.456	2.384	2.456	2.384
	<u>2.526</u>	<u>2.448</u>	<u>385.814</u>	<u>189.732</u>

(\*) Vide Nota Explicativa nº 21.iii)

(\*\*) Vide Nota Explicativa nº 22.a.ii)

Os principais saldos dos depósitos judiciais estão divulgados na Nota Explicativa nº 22 Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias.

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Saldo no início do período	2.448	2.299	189.732	188.470
Consolidação Ecopátio (*)	-	-	618	465
Adições	15	-	197.899	13.771
Aquisição participação (i)	-	-	820	-
Baixas	(10)	-	(9.319)	(3.603)
Atualização monetária	73	111	6.064	3.969
Saldo no fim do período	<u>2.526</u>	<u>2.410</u>	<u>385.814</u>	<u>203.072</u>

(\*) Vide Nota Explicativa nº 5.b)

(\*\*) Vide Nota Explicativa nº 10.a.ii)

## Notas Explicativas

### 10. INVESTIMENTOS

#### a) Controladora

	Controladas diretas							
	Valores das investidas 30/09/2019		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido/(Passivo a descoberto)	Resultado do período	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	30/09/2018 (* Reapres.
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	933.19	(37.200)	100	100	933.191	1.022.255	(37.200)	439.358
Ecoporto Santos S.A.	314.713	(26.190)	100	100	314.713	332.704	(27.990)	(25.499)
ELG-01 Participações Ltda.	56.467	(1.683)	100	100	56.467	56.050	(1.683)	(1.481)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	14.831	(1.595)	100	100	14.831	16.426	(1.595)	(4.676)
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.255	55	20	20	251	1.105	11	23
EIL-01 Participações Ltda.	352	9	100	100	352	343	9	8
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	(18.918)	(11.160)	100	100	(18.918)	(7.758)	(11.160)	(5.081)
EIL 03 S.A.	-	-	100	100	-	-	-	-
EIL 04 S.A.	-	-	100	100	-	-	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (*)	72.639	(1.804)	100	-	72.639	-	(1.804)	(9.869)
Lucros não realizados Eco101	-	39	-	-	(956)	(995)	39	38
Lucros não realizados Ecoporto	-	-	-	-	(861)	(862)	-	-
					<b>1.371.709</b>	<b>1.419.268</b>	<b>(81.373)</b>	<b>392.821</b>

(\*) Vide Notas Explicativas nº 3 e 5.b)

## Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de setembro de 2019 está apresentada a seguir:

	31/12/2018	Ecopátio (*)	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Aporte de capital/AFAC	Equivalência patrimonial	30/09/2019
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.022.255	-	(171.864)	120.000	(37.200)	933.191
Ecoporto Santos S.A.	332.704	-	-	10.000	(27.990)	314.713
ELG-01 Participações Ltda.	56.050	-	-	2.100	(1.683)	56.467
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	16.426	-	-	-	(1.595)	14.831
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.105	-	(865)	-	11	251
EIL-01 Participações Ltda.	343	-	-	-	9	352
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel (a.i)	(7.758)	-	-	-	(11.160)	(18.918)
EIL03 S.A.	-	-	-	-	-	-
EIL04 S.A.	-	-	-	-	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	-	74.443	-	-	(1.804)	72.639
Lucros não realizados - Eco101	(995)	-	-	-	39	(956)
Lucros não realizadas - Ecoporto	(862)	-	-	-	1	(861)
	<b>1.419.268</b>	<b>74.443</b>	<b>(172.729)</b>	<b>132.100</b>	<b>(81.373)</b>	<b>1.371.709</b>

(\*) Vide Nota Explicativa nº 5.b)

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de setembro de 2018 está apresentada a seguir:

	31/12/2017	Ecopátio (**)	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Redução de capital	Aporte de capital	Plano de opção com base em ações	Aquisição de minoritários	Equivalência patrimonial (*) Reapres.	30/09/2018 (*) Reapres.
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.018.305	-	(438.125)	-	-	81	8.777	439.358	1.028.396
Ecoporto Santos S.A.	200.696	-	-	-	165.000	16	-	(25.499)	340.213
ELG-01 Participações Ltda.	55.821	-	-	-	1.800	-	-	(1.481)	56.140
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	20.365	-	(441)	-	-	-	-	(4.676)	15.248
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.071	-	-	-	-	-	-	23	1.094
EIL-01 Participações Ltda.	333	-	-	-	-	-	-	8	341
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	-	-	-	-	1	-	-	(5.081)	(5.080)
EIL02 S.A.	2	-	-	-	-	-	-	-	2
EIL03 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EIL04 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda (**)	-	70.902	-	-	3.000	-	-	(9.869)	64.033
Lucros não realizados - Eco101	(1.044)	-	-	(5)	-	-	-	41	(1.008)
Lucros não realizadas - Ecoporto	(859)	-	-	-	-	-	-	(3)	(862)
	<b>1.294.690</b>	<b>70.902</b>	<b>(438.566)</b>	<b>(5)</b>	<b>169.801</b>	<b>97</b>	<b>8.777</b>	<b>392.821</b>	<b>1.498.517</b>

(\*) Vide Nota Explicativa nº 3

(\*\*) Vide Nota Explicativa nº 5.b)

## Notas Explicativas

a.i) Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel - Em 10 de janeiro de 2018, a Companhia, foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Internacional nº 01/2017 para a concessão de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos como implantação de equipamentos de tráfego e atendimento ao usuário do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas por um prazo de 30 anos a partir da assinatura do contrato. A classificação se deu em razão do maior valor de outorga fixa ofertada, correspondente a R\$883.000. Após a homologação e a adjudicação do resultado do leilão pela Artesp - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, a Companhia será convocada para a assinatura do contrato de concessão.

### a.ii) Combinação de negócios

Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. - Eco050 - Em 1º de fevereiro de 2018, a Companhia e sua controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram contrato de Compra e Venda de Ações entre a ECS e os acionistas da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. ("MGO"), referente a aquisição, pela ECS, de 100% do capital social da holding Argovias Administração e Participações S.A. que detém 100% de participação na MGO, na data do fechamento. O valor da aquisição foi de R\$600.000, liquidado em 30 de maio de 2019. A conclusão da aquisição estava sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluíam a aprovação prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), BNDES e demais credores. A MGO é responsável pela administração, recuperação, conservação, manutenção, ampliação e operação da BR-050 (GO/MG), no trecho de 436,6 quilômetros que começa no entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), e se estende até a divisa de Minas Gerais com São Paulo, no município de Delta (MG). O contrato foi assinado em 5 de dezembro de 2013 e expira em 8 de janeiro de 2044. Em 30 de maio de 2019, foram concluídas todas as condições precedentes, a efetiva transferência das ações da Argovias para a Companhia e a quitação da aquisição, pelo valor atualizado de R\$654.764. O excedente entre o preço de aquisição e o valor justo de R\$319.537 foi preliminarmente alocado em ágio.



## Notas Explicativas

A seguir a Companhia apresenta os saldos de balanço incorporados na data de aquisição.

<u>Ativo:</u>	<u>31/05/2019</u>	<u>Passivo:</u>	<u>31/05/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4.365	Empréstimos e Financiamentos	791.013
Títulos e Valores Mobiliários	43.865	Debêntures	86.102
Clientes	11.325	Fornecedores	45.446
Tributos a recuperar	881	Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.273
Despesas antecipadas	1.589	Obrigações sociais e trabalhistas	4.391
Depósitos judiciais	820	Partes relacionadas	55
Outros créditos	1.567	Obrigações com o Poder Concedente	455
Imobilizado	33.307	Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	1.822
Intangível	1.310.925	Provisão para manutenção	93.687
		Tributos diferidos	37.235
		Outras contas a pagar	8.939
		Total do passivo	<u>1.073.418</u>
		Patrimônio Líquido	
		Capital social	281.250
		Reserva legal	2.136
		Reserva de lucro	40.586
		Prejuízos acumulados	11.254
			<u>335.226</u>
Total do ativo	<u>1.408.644</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.408.644</u>

## Notas Explicativas

### b) Consolidado

	Valores das investidas 30/09/2019		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do período	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	30/09/2018
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.255	55	20	20	251	1.105	11	23
					251	1.105	11	23

c) Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2018	Amortização	30/09/2019
Ágio - Ecosul	3.724	(385)	3.339
Ágio - ELG01	37.744	-	37.744
Ágio - Ecoporto	329.338	(8.307)	321.031
	370.806	(8.692)	362.114

	31/12/2017	Amortização	30/09/2018
Ágio - Ecosul	4.238	(385)	3.853
Ágio - Anish	37.744	-	37.744
Ágio - Ecoporto	340.414	(8.307)	332.107
	382.396	(8.692)	373.704

## Notas Explicativas

d) A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 30 de setembro de 2019:

	ATIVO	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	PASSIVO	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido/ Passivo a Descoberto
<u>Controladas diretas</u>							
EIL01	352	352	-	352	1	-	352
Ecorodovias Concessões	5.000.147	1.704.525	3.295.622	5.000.147	705.768	3.361.187	933.192
Ecoporto Santos	724.239	31.541	692.698	724.239	208.103	201.422	314.713
Termares	37.772	16.152	21.620	37.772	13.833	9.108	14.831
Ecorodoanel	882.728	872.983	9.746	882.728	901.646	-	(18.917)
ELG01	56.467	82	56.385	56.467	0	-	56.467
EIL03	-	-	-	(0)	-	-	(0)
EIL04	-	-	-	(0)	-	-	(0)
Ecopátio	77.237	10.990	66.246	77.237	3.241	1.357	72.639
<u>Controladas indiretas</u>							
Ecovia	286.557	62.867	223.690	286.557	114.715	64.474	107.368
Ecosul	393.781	48.164	345.617	393.781	314.319	10.772	68.691
Ecovias	1.886.816	113.968	1.772.848	1.886.816	246.307	1.141.388	499.121
Ecocataratas	448.649	75.781	372.867	448.649	149.631	228.267	70.750
Ecopistas	1.589.925	137.653	1.452.272	1.589.925	205.173	796.559	588.192
Eco101	974.876	46.373	928.503	974.876	66.692	431.698	476.486
Ecoponte	498.088	32.935	465.153	498.088	115.304	184.045	198.739
Eco135	1.136.743	115.677	1.021.065	1.136.743	268.997	862.694	5.052
EIL02	1	1	-	1	-	-	1
Anish	64.350	362	63.989	64.350	831	7.344	56.175
Paquetá	11.061	61	11.000	11.061	4	-	11.057
Argovias	477.315	446	476.869	477.315	64.328	-	412.986
Eco050	1.465.786	82.189	1.383.597	1.465.786	57.747	931.169	476.869

## Notas Explicativas

<u>Controladas diretas</u>	Receita Líquida	Custos dos Serviços Prestados	Lucro/ (prejuízo) Bruto	Despesas gerais e adm.	Amortização investimentos	Outras receitas/ (despesas), líquidas	Equivalência patrimonial	Lucro/ (Prejuízo) operacional antes do Resultado financeiro	Resultado financeiro	Lucro/ (Prejuízo) operacional antes dos impostos	Imposto de renda e contribuição social	Lucro/ (Prejuízo) líquido do exercício
EIL01	-	-	-	-	-	-	-	-	11	11	(3)	9
Ecorodovias Concessões	130.203	(80.761)	49.443	(49.261)	(6.115)	(44.200)	101.067	50.934	(117.176)	(66.243)	29.043	(37.199)
Ecoporto Santos	84.730	(72.693)	12.037	(16.664)	-	636	-	(3.991)	(23.588)	(27.579)	1.389	(26.190)
Termares	45.331	(34.447)	10.884	(13.127)	-	21	-	(2.223)	(81)	(2.304)	708	(1.595)
Ecorodoanel	-	(4)	(4)	(307)	-	-	-	(311)	(16.597)	(16.908)	5.749	(11.159)
ELG01	-	-	-	-	-	-	(1.685)	(1.685)	3	(1.683)	(0)	(1.683)
EIL03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EIL04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecopátio	17.651	(15.421)	2.230	(3.471)	-	(38.476)	-	(39.716)	237	(39.479)	(811)	(40.290)
<u>Controladas indiretas</u>												
Ecovia	205.337	(89.856)	115.481	(14.216)	-	(127.543)	-	(26.278)	(5.830)	(32.108)	(32.417)	(64.525)
Ecosul	277.166	(129.892)	147.274	(12.466)	-	45	-	134.853	(13.929)	120.924	(40.570)	80.355
Ecovias	825.040	(366.705)	458.334	(32.245)	-	1.539	-	427.628	(57.188)	370.440	(119.802)	250.639
Ecocataratas	250.612	(142.851)	107.762	(11.686)	-	(249.990)	-	(153.915)	(12.210)	(166.124)	(32.235)	(198.359)
Ecopistas	257.151	(163.577)	93.574	(14.468)	-	326	-	79.432	(65.413)	14.018	(3.371)	10.647
Eco101	322.435	(282.101)	40.334	(10.213)	-	175	-	30.296	(8.089)	22.207	(6.999)	15.208
Ecoponte	269.034	(227.393)	41.641	(8.079)	-	(1)	-	33.562	(5.243)	28.318	(8.146)	20.172
Eco135	206.011	(136.293)	69.718	(7.470)	-	(4)	-	62.244	(68.739)	(6.495)	1.922	(4.574)
EIL02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anish	20	-	20	(1.259)	-	-	(168)	(1.407)	(278)	(1.685)	-	(1.685)
Paquetá	-	-	-	(163)	-	-	-	(163)	(5)	(168)	-	(168)
Argovias	-	(11)	(11)	-	-	-	(4.741)	(4.753)	(2.488)	(7.240)	-	(7.240)
Eco050	94.190	(83.021)	11.168	(3.503)	-	(130)	-	7.535	(15.075)	(7.540)	2.798	(4.741)

**Notas Explicativas****11. IMOBILIZADO****a) Controladora**

	<u>Hardware</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	4,6	1,0	2,4	3,9	9,1	-
<b>CUSTO</b>						
Saldos em 31/12/2018	1.477	264	549	1.956	3.626	7.872
Adições	34	-	-	-	-	34
Baixas	-	-	-	-	(222)	(222)
Saldos em 30/09/2019	1.511	264	549	1.956	3.404	7.684
<b>DEPRECIACÃO</b>						
Saldos em 31/12/2018	(1.322)	(252)	(488)	(910)	(2.374)	(5.346)
Adições	(52)	(2)	(10)	(57)	(233)	(354)
Saldos em 30/09/2019	(1.374)	(254)	(498)	(967)	(2.607)	(5.700)
<b>RESIDUAL</b>						
Em 30/09/2019	137	10	51	989	797	1.984
Em 31/12/2018	155	12	61	1.046	1.252	2.526
<b>CUSTO</b>						
Saldos em 31/12/2017	1.439	264	549	1.956	3.617	7.825
Adições	37	-	-	-	2	39
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30/09/2018	1.476	264	549	1.956	3.619	7.864
<b>DEPRECIACÃO</b>						
Saldos em 31/12/2017	(1.233)	(250)	(473)	(835)	(2.059)	(4.850)
Adições	(71)	(2)	(12)	(57)	(234)	(376)
Transferências	(1)	(1)	-	-	2	-
Saldos em 30/09/2018	(1.305)	(253)	(485)	(892)	(2.291)	(5.226)
<b>RESIDUAL</b>						
Em 30/09/2018	171	11	64	1.064	1.328	2.638
Em 31/12/2017	206	14	76	1.121	1.558	2.975

## Notas Explicativas

### b) Consolidado

	<u>Hardwares</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Imobilizado andamento</u>	<u>Benfeitorias</u>	<u>Veículos</u>	<u>Instalações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	-	4,0	20,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	4,7	5,2	6,7	-	3,9	-	3,1	15,4	9,8	4,3	-
<b>CUSTO</b>											
Saldos em 31/12/2018	285.354	280.474	27.746	55.164	21.703	69.837	225.970	21.083	10.495	22.983	1.020.809
Consolidação Ecopátio (*)	6.166	12.631	859	189	84.698	-	21.597	-	16.175	1.303	143.618
Aquisição Participação (**)	26.594	7.647	775	-	-	-	-	11.957	-	-	46.973
Adições	6.725	3.114	533	14	-	40	136	349	1.380	2.355	14.646
Baixas	(272)	(2.046)	(40)	-	-	-	-	(624)	(6)	(1.336)	(4.324)
Transferências	996	(1.974)	7	2	526	(3.000)	3.356	(35)	360	(5.110)	(4.872)
Saldos em 30/09/2019	325.563	299.846	29.880	55.369	106.927	66.877	251.059	32.730	28.404	20.195	1.216.850
<b>DEPRECIÇÃO</b>											
Saldos em 31/12/2018	(251.427)	(128.688)	(17.385)	-	(3.171)	-	(71.079)	(15.982)	(1.058)	(8.487)	(497.277)
Consolidação Ecopátio (*)	(5.745)	(9.266)	(520)	-	(44.163)	-	(10.223)	-	(6.228)	(786)	(76.931)
Aquisição Participação (**)	(4.245)	(1.529)	(307)	-	-	-	-	(7.585)	-	-	(13.666)
Adições	(10.453)	(11.297)	(1.452)	-	(3.173)	-	(5.899)	(2.379)	(2.048)	(620)	(37.321)
Baixas	252	2.045	40	-	-	-	-	439	-	-	2.776
Transferências	-	266	-	-	-	-	-	-	-	-	266
Saldos em 30/09/2019	(271.618)	(148.469)	(19.624)	-	(50.507)	-	(87.201)	(25.507)	(9.334)	(9.893)	(622.153)
<b>RESIDUAL</b>											
Em 30/09/2019	53.945	151.377	10.256	55.369	56.420	66.877	163.858	7.223	19.070	10.302	594.697
Em 31/12/2018	33.927	151.786	10.361	55.164	18.532	69.837	154.891	5.101	9.437	14.496	523.532

## Notas Explicativas

	<u>Hardwares</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Imobilizado andamento</u>	<u>Benfeitorias</u>	<u>Veículos</u>	<u>Instalações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
<u>Taxa anual de depreciação - %</u>	20,0	10,0	10,0	-	10,0	-	4,0	20,0	10,0	-	-
<u>Taxa média ponderada de depreciação - %</u>	7,2	3,5	6,8	-	4,9	-	2,9	9,8	6,3	7,1	-
<b>CUSTO</b>											
Saldos em 31/12/2017	264.162	278.076	27.217	55.157	21.701	70.335	218.736	19.865	9.008	31.836	996.093
Consolidação Ecopátio (*)	6.022	12.501	859	113	71.801	2.046	19.326	-	6.545	10.200	129.413
Adições	8.489	2.662	293	-	-	567	78	633	838	325	13.885
Baixas	(125)	(1.031)	(144)	-	-	-	-	(741)	-	(949)	(2.990)
Transferências	<u>(1)</u>	<u>83</u>	<u>2</u>	<u>76</u>	<u>(74)</u>	<u>(3.209)</u>	<u>9.470</u>	<u>1.092</u>	<u>9.399</u>	<u>(16.838)</u>	<u>-</u>
Saldos em 30/09/2018	278.547	292.291	28.227	55.346	93.428	69.739	247.610	20.849	25.790	24.574	1.136.401
<b>DEPRECIACÃO</b>											
Saldos em 31/12/2017	(232.356)	(120.650)	(15.738)	-	(3.128)	-	(62.324)	(14.308)	(252)	(9.832)	(458.588)
Consolidação Ecopátio (*)	(5.997)	(8.222)	(510)	-	(40.003)	-	(4.264)	-	(1.747)	(8.837)	(69.580)
Adições	(14.765)	(7.589)	(1.427)	-	(3.448)	-	(5.463)	(1.513)	(1.197)	(1.297)	(36.699)
Baixas	125	1.021	131	-	-	-	-	741	-	-	2.018
Transferências	<u>311</u>	<u>(40)</u>	<u>84</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>(7.310)</u>	<u>(371)</u>	<u>(3.585)</u>	<u>10.908</u>	<u>-</u>
Saldos em 30/09/2018	(252.682)	(135.480)	(17.460)	-	(46.576)	-	(79.361)	(15.451)	(6.781)	(9.058)	(562.849)
<b>RESIDUAL</b>											
Em 30/09/2018	25.865	156.811	10.767	55.346	46.852	69.739	168.249	5.398	19.009	15.516	573.552
Em 31/12/2017	31.806	157.426	11.479	55.157	18.573	70.335	156.412	5.557	8.756	22.004	537.505

(\*) Vide Nota Explicativa nº 5.b)

(\*\*) Vide Nota Explicativa nº 10.a.ii)

Em 30 de setembro de 2019, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rubrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (Vide Nota Explicativa nº14). Para as debêntures não existem garantias dessa natureza (Vide Nota Explicativa nº15).

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período findo em 30 de setembro de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## Notas Explicativas

### 12. INTANGÍVEL

#### a) Controladora

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo		Amortização			Residual		
			Saldos em 31/12/2018	Adições	Saldos em 30/09/2019	Saldos em 31/12/2018	Adições	Saldos em 30/09/2019	30/09/2019	31/12/2018
<i>Softwares de terceiros</i>	20,0	22,7	1.091	7	1.098	(934)	(90)	(1.024)	74	157
			<u>1.091</u>	<u>7</u>	<u>1.098</u>	<u>(934)</u>	<u>(90)</u>	<u>(1.024)</u>	<u>74</u>	<u>157</u>

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo		Amortização			Residual		
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 30/09/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 30/09/2018	30/09/2018	31/12/2017
<i>Softwares de terceiros</i>	20,0	15,6	1.086	-	1.086	(766)	(127)	(893)	193	320
			<u>1.086</u>	<u>-</u>	<u>1.086</u>	<u>(766)</u>	<u>(127)</u>	<u>(893)</u>	<u>193</u>	<u>320</u>



## Notas Explicativas

### b) Consolidado

	<u>Contratos de Concessão (i)</u>	<u>Ágio Ecosul</u>	<u>Software de terceiros</u>	<u>Intangível andamento (iii)</u>	<u>Ágio ELG-01</u>	<u>Outros</u>	<u>Direito de Uso - CPC06 (R2) (iv)</u>	<u>Total</u>
Taxa anual de depreciação - %	-	-	20,0	-	-	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	(ii)	-	10,9	-	-	-	-	-
<b>CUSTO</b>								
Saldos em 31/12/2018	7.928.381	8.561	146.899	559.169	37.744	402	15.333	8.696.489
Consolidação Ecopátio (*)	-	-	5.518	-	-	1.000	24	6.542
Aquisição Participação (**)	1.448.067	-	1.764	261.169	-	-	-	1.711.000
Adições	149.711	-	6.220	676.970	-	-	-	832.901
Baixas	(1.800)	-	-	(16)	-	-	-	(1.816)
Transferências	<u>213.567</u>	<u>-</u>	<u>1.296</u>	<u>(209.666)</u>	<u>-</u>	<u>(325)</u>	<u>-</u>	<u>4.872</u>
Saldos em 30/09/2019	9.737.926	8.561	161.697	1.287.626	37.744	1.077	15.357	11.249.988
<b>AMORTIZAÇÃO</b>								
Saldos em 31/12/2018	(2.845.645)	(4.700)	(107.275)	-	-	(63)	-	(2.957.683)
Consolidação Ecopátio (*)	-	-	(4.938)	-	-	(279)	-	(5.217)
Aquisição Participação (**)	(79.106)	-	(1.432)	-	-	-	-	(80.538)
Adições	(356.246)	(385)	(12.870)	-	-	(50)	(4.598)	(374.149)
Baixas	7	-	-	-	-	-	-	7
Transferências	<u>(266)</u>	<u>-</u>	<u>12</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12)</u>	<u>-</u>	<u>(266)</u>
Saldos em 30/09/2019	(3.281.256)	(5.085)	(126.503)	-	-	(404)	(4.598)	(3.417.846)
<b>RESIDUAL</b>								
Em 30/09/2019	6.456.670	3.476	35.194	1.287.626	37.744	673	10.759	7.832.142
Em 31/12/2018	5.082.736	3.861	39.624	559.169	37.744	339	15.333	5.738.806

## Notas Explicativas

	<u>Contratos de Concessão (i)</u>	<u>Ágio Ecosul</u>	<u>Software de terceiros</u>	<u>Intangível andamento (iii)</u>	<u>Ágio ELG-01</u>	<u>Outros</u>	<u>Direito de Uso - CPC06 (R2) (iv)</u>	<u>Total</u>
<u>Taxa anual de depreciação - %</u>	-	-	20,0	-	-	-	-	-
<u>Taxa média ponderada de depreciação - %</u>	(ii)	-	12,4	-	-	-	-	-
<b>CUSTO</b>								
Saldos em 31/12/2017	6.539.926	8.561	134.777	405.281	37.744	391	17.489	7.144.169
Consolidação Ecopátio (*)	-	-	5.451	-	-	1.000	-	6.451
Adições	892.292	-	6.611	314.269	-	-	-	1.213.172
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	<u>317.802</u>	<u>-</u>	<u>714</u>	<u>(318.509)</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 30/09/2018	7.750.020	8.561	147.553	401.041	37.744	1.384	17.489	8.363.792
<b>AMORTIZAÇÃO</b>								
Saldos em 31/12/2017	(2.470.434)	(4.186)	(90.178)	-	-	(55)	-	(2.564.853)
Consolidação Ecopátio (*)	-	-	(4.451)	-	-	(213)	-	(4.664)
Adições	(301.925)	(385)	(13.233)	-	-	(62)	(5.915)	(321.520)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 30/09/2018	(2.772.359)	(4.571)	(107.862)	-	-	(330)	(5.915)	(2.891.037)
<b>RESIDUAL</b>								
Em 30/09/2018	4.977.661	3.990	39.691	401.041	37.744	1.054	11.574	5.472.755
Em 31/12/2017	4.069.492	4.375	44.599	405.281	37.744	336	17.489	4.579.316

(\*) Vide Nota Explicativa nº 5.b)

- (i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 30 de setembro de 2019, as principais adições nesta rubrica referem-se a: (i) Ecosul R\$21.145 restauração de pavimento reconstrução de pavimento rígido da balança e implantação de drenos do Polo de Pelotas, e R\$253 implantação de monitoramento das praças de pedágio; (ii) Ecovias R\$4.467 restauração de pavimento rígido, sinalização horizontal, manutenção da infraestrutura viária, serviços de contenção nas encostas no Sistema Anchieta-Imigrantes e implantação conexão Porto de Santos; (iii) Ecocataratas R\$27.605 restauração de pavimentos, terraplenagem e transição de tripla onda nas obras de duplicação Rodovia BR 277; (iv) Ecopistas R\$28.337 restauração de pavimento, desapropriação e OAEs e dispositivos de segurança Rodovia Carvalho e Pinto e Ayrton Senna; (v) Eco101 R\$37.355 sistema de arrecadação plurianual, sinalização horizontal e vertical e elementos de segurança, duplicação dos subtrechos F36 KM 32,14 ao KM 33 EF35 KM 30,52 AO KM 32,14; (vi) Ecoponte R\$18.336 desapropriações, pavimentos diversos e melhoria na sinalização vertical; (vii) Eco135 R\$11.647 obras na rodovia para operações iniciais, instalações elétricas e prediais, desenvolvimento de software e implantação de infraestrutura nas praças de pedágios.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 30 de setembro de 2019 foram 5,59% a.a. (5,53% a.a. em 30 de setembro de 2018).

## Notas Explicativas

(iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no período findo em 30 de setembro de 2019 referem-se a: (i) Ecovia R\$3.871 restauração e manutenção de pavimento do acesso na BR 277; (ii) Ecosul R\$42.401 restauração e levantamento dos parâmetros de pavimentos e implantação de drenos de pavimentos do Polo Pelotas e R\$537 recuperação de obras de artes especiais; (iii) Ecovias R\$125.165 implantação da conexão Porto-Cidade de Santos, restauração de pavimento e recuperação e contenção de encostas; (iv) Ecocataratas R\$48 projeto de manutenção de pavimentos da BR277; (v) Ecopistas R\$6.265 drenos de pavimentos da rodovia Carvalho Pinto, e restauração de passivos ambientais e condicionantes ambientais; (vi) Eco101 R\$159.009 obras de duplicação subtrecho EF35 KM 30,52 e interseções Diamante KM 29,80 e subtrecho F36 KM 32,14 a KM 33, pavimentos e passarela nos contornos de Vitoria e sistema de drenagem em obra de arte; (vii) Eco ponte R\$155.581 inspeções especiais de pavimentos e obras de arte especiais, e obras da construção da Alça da Linha Vermelha e Alça de ligação Av. Portuária/Av. Bras; (viii) Eco135 R\$86.175 obras iniciais para operações na rodovia, licenças ambientais e implantação de automação nas praças de pedágios e R\$53.373 capitalização de encargos e AVP sobre onus da Concessão (sem desembolso de caixa inicial).

(iv) Vide Nota Explicativa nº 3.a

(v) Vide Nota Explicativa nº10.a.ii

No período findo em 30 de setembro de 2019, foram capitalizados R\$50.355 referentes a encargos financeiros (R\$20.389 em 30 de setembro de 2018) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o período findo em 30 de setembro de 2019 é de 30,70% a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 16,48% a.a. para o período findo em 30 de setembro de 2018.

## Notas Explicativas

### 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Tributos diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o período:

	Consolidado						30/09/2019	Resultado 30/09/2019
			Balanço patrimonial					
	31/12/2018	Ecopátio (c)	Aquisição Partic. (b)	Adições	Baixas	30/09/2019		
Realização do ágio na incorporação - Ecoporto	166.755	-	-	-	-	166.755	-	
Realização do ágio na incorporação - Ecosul	2.578	-	-	-	(263)	2.315	(263)	
Realização do ágio na incorporação - Ecocataratas	26.927	-	-	-	(6.924)	20.003	(6.924)	
Realização do ágio na incorporação - Ecopátio	-	3.179	-	-	(216)	2.963	(216)	
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	44.340	659	595	4.013	(1.038)	48.569	2.975	
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	61.988	-	-	36.123	(2.174)	95.937	33.949	
Provisão para manutenção AVP ônus Concessão	108.962	-	31.854	56.330	(34.207)	162.939	22.123	
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	1.447	-	-	-	(210)	1.237	(210)	
Outros	717	326	-	286	(656)	673	(370)	
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	3.280	-	3.559	2.399	(5.362)	3.876	(2.963)	
Depreciação societária	(45.089)	-	-	-	2.507	(42.582)	2.507	
Juros capitalizados	(9.255)	185	-	-	472	(8.598)	472	
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	(17.936)	(171)	(73.243)	(4.129)	(4.370)	(99.849)	(8.499)	
Receita (despesas) de IR e CS diferido	344.714	4.178	(37.235)	96.012	(52.441)	355.228	43.571	

a) Refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: Ecorodovias Concessões e Serviços, Ecoporto Santos, Termares, Eco101, Ecorodoanel e Eco135.

b) Vide Nota Explicativa nº10.a.ii

c) Vide Nota Explicativa nº 5.b)

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos em 30 de setembro de 2019 R\$404.427 no ativo não circulante e R\$49.199 no passivo não circulante.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais e ágios sobre incorporações das investidas sejam realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

## Notas Explicativas

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulante serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado					
	30/09/2019			31/12/2018		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
2019	19.842	3.528	23.370	40.531	782	41.313
2020	62.864	7.738	70.602	38.448	486	38.934
2021	59.441	6.558	65.999	36.179	(1.850)	34.329
2022	43.753	4.718	48.471	7.835	(1.847)	5.988
2023	56.950	4.841	61.791	7.835	(1.848)	5.987
Posteriores a 2023 (*)	161.577	(76.582)	84.995	236.552	(18.389)	218.163
	404.427	(49.199)	355.228	367.380	(22.666)	344.714

(\*) Os valores acima de dez anos para realização estão relacionados a amortização de ágio, ICPC01 e ajuste do RTT.

### b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018 (* Reapres.	30/09/2019	30/09/2018 (* Reapres.
Lucro/(Prejuízo) do período antes do imposto de renda e da contribuição social	(267.373)	310.969	(64.629)	555.832
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	90.907	(105.729)	21.974	(188.983)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(388)	-
Gratificações/PPR diretores	(1.422)	(1.972)	(2.569)	(4.204)
Equivalência patrimonial	(27.667)	131.930	4	8
Despesas indedutíveis	(4)	(5)	(235)	(188)
Amortização de ágio	(2.955)	(2.955)	18.693	18.358
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	872	819
Créditos tributários não constituídos (**)	(42.900)	(23.877)	(79.618)	(63.470)
Operações descontinuadas	(913)	1.483	(914)	1.483
Acordo Leniência (***)	(15.202)	-	(158.783)	-
Outros	156	1.125	(1.780)	(1.063)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(202.744)	(237.240)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(246.315)	(236.953)
Impostos diferidos	-	-	43.571	(287)
Taxa efetiva	-	-	n.m.	42,07%

(\*) Vides Notas Explicativas nº 3 e 5.b)

(\*\*) São compostos pelas empresas Ecoporto Santos, EcoRodovias Infraestrutura e Logística e Ecopátio Logística Cubatão

(\*\*\*) As despesas do acordo de leniência foram consideradas indedutíveis e não sobre elas não foram constituídos tributos diferidos. Para maiores detalhes sobre o acordo vide Nota Explicativa nº 21.iii)

**Notas Explicativas**

## c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

A movimentação do período do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018
Saldo no início do período provisão IR/CS	45.091	24.551
Despesa IR/CS DRE	246.315	236.953
Total de IR/CS pagos	(256.153)	(222.910)
Saldo no fim do período provisão IR/CS	35.253	38.594

**14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO**

Modalidade	Companhia	Vencimento Final	Taxa de juros	30/09/2019	31/12/2018
Em moeda nacional:					
Finame (a)	Ecosul	11/2020	6,0%a.a.	59	97
Finame (b)	Ecocataratas	10/2022	2,5%a.a.	135	168
Finame (b)	Ecocataratas	07/2020	6,0%a.a.	141	292
Finem (c)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45%a.a.	23.835	27.390
Finem (c)	Ecopistas	06/2025	TJLP+ 2,45%a.a.	70.357	92.799
Finame (d)	Ecoporto Santos	10/2020	6,0%a.a.	1.573	2.919
Finem (e)	Eco101	12/2028	TJLP + 3,84%a.a.	162.743	169.567
Finem (e)	Eco101	06/2030	TJLP + 3,84%a.a.	230.651	187.354
Financiamento (f)	Eco101	12/2019	21,27%a.a.	31	111
Finem (g)	Ecoponte	08/2032	TJLP + 3,48%a.a.	59.172	51.410
Finem (g)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48%a.a.	112.909	28.461
BNDES (i)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	228.412	-
BDMG (j)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	88.366	-
FINISA – CEF (k)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	261.014	-
FDCO – CEF (l)	Eco050	04/2036	7,5% a.a.	141.531	-
1ª Emissão NP – Argovias (m)	Argovias	11/2019	CDI + 2,25%	64.215	-
Em moeda estrangeira:					
Finimp (h)	Ecoporto Santos	01/2023	Libor 6M+2,0%a.a.	70.591	85.173
				<u>1.515.735</u>	<u>645.741</u>
Circulante				233.345	81.029
Não circulante				1.282.390	564.712

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/09/2019	31/12/2018
2020	22.721	79.283
2021	80.567	68.992
2022	74.356	60.998
2023	77.978	53.175
2024	78.561	42.081
Posteriores a 2024	948.207	260.183
	<u>1.282.390</u>	<u>564.712</u>

**Notas Explicativas**

A movimentação do período dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Saldo no início do período	645.741	583.368
Adições	162.740	96.220
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº10.a.ii)	790.292	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 26)	76.580	57.621
Pagamento principal	(87.123)	(64.876)
Pagamento de juros	(72.495)	(34.728)
Saldo no fim do período	<u>1.515.735</u>	<u>637.605</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(b)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre os patrimônio líquido e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%, com base nas informações da emissora; (ii) O índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) A razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do Contrato de Concessão.
(d)	Ecoporto Santos	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(e)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Cessão de direitos creditórios.
(f)	Eco101	Banco Volkswagen	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia.
(g)	Ecoponte	BNDES	Da Devedora: (i) A razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30; Da garantidora Ecorodovias Concessões: (iii) Razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos.	Penhor das ações da Ecorodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações. Financiado pela Ecorodovias.
(h)	Ecoporto Santos	Banco Deutsche Bank AS	(i) Patrimônio Líquido Tangível > 20.000 (ii) Patrimônio Líquido/Ativo Total da controladora EcoRodovias I&L > 20%	Aval EcoRodovias Infraestrutura e Logística.
(i)	ECO050	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(j)	ECO050	BDMG	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(k)	ECO050	Caixa/ FINISA	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(l)	ECO050	FDCO	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(m)	Argovias	Nota Promissória	Não exigem manutenção dos índices	Avalista Ecorodovias Concessões.

O resumo dos índices financeiros em 30 de setembro de 2019 está demonstrado a seguir:

<u>Índices financeiros Ecopistas (c)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	36,99%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,20	1,39x
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 4,00	2,88x

**Notas Explicativas**

<u>Índices financeiros Ecoporto Santos (h)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
Patrimônio líquido tangível (Ecoporto)	> 20.000	260.709
Patrimônio líquido/ativo total (Controladora - Ecorodovias Infraestrutura)	> 20%	3%(*)

(\*) Em 30 de setembro de 2019 a Companhia estava inadimplente com a obrigação de manter o índice financeiro exigido no referido contrato de empréstimo e, portanto, reclassificou a exigibilidade de sua dívida para o passivo circulante.

<u>Índices financeiros Ecoponte (g)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	46%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	6,16x
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	≤4,00	1,75x
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (ECS)	≤4,00	3,29x

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados são como segue:

**Ecopistas**

<u>Subcrédito (*)</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
a	99.200	99.200	80.926	114 mensais
b	85.528	85.528	66.372	114 mensais
d	27.999	27.999	16.947	114 mensais
e	21.769	21.769	10.884	10 anuais
j	11.281	11.281	4.453	114 mensais
k	22.438	22.438	8.857	114 mensais
l	9.169	9.169	3.668	10 anuais
<b>Total</b>	<b>277.384</b>	<b>277.384</b>	<b>192.107</b>	

(\*) Os subcréditos c, f, g, h e i foram cancelados, através do 5º aditivo assinado em novembro de 2018.

**Eco101**

<u>Subcrédito</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
A	188.473	188.473	30.149	150 parcelas
B1	66.237	66.237	5.306	150 parcelas
B2	52.483	52.483	3.128	150 parcelas
B3	117.799	117.799	5.547	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
<b>Total</b>	<b>882.144</b>	<b>424.992</b>	<b>44.130</b>	



**Notas Explicativas**Ecoponte

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.465	62.649	3.451	177 mensais
b	177.920	83.406	-	157 mensais
c	118.915	-	-	163 mensais
d	10.625	787	28	177 mensais
e	2.075	415	-	157 mensais
<b>Total</b>	<b>417.000</b>	<b>147.257</b>	<b>3.479</b>	

**15. DEBÊNTURES**

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
			30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
1ª Emissão - Ecovia Caminho do Mar	05/2019	106,5% CDI a.a.	-	-	-	161.665
1ª Emissão - Ecosul	05/2020	107,0% CDI a.a.	-	-	175.785	167.414
2ª Emissão - Ecosul	06/2020	110,75% CDI a.a.	-	-	50.967	50.123
3ª Emissão - Ecosul	06/2020	107,0% CDI a.a.	-	-	58.976	56.122
2ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	04/2024	IPCA+3,8/IPCA+4,28%a.a.	-	-	1.124.889	1.244.376
1ª Emissão - Ecocataratas	05/2019	106,5% CDI	-	-	-	208.864
1ª Emissão - Ecopistas	01/2023	IPCA+8,25% a.a.	-	-	362.053	407.561
1ª Emissão - Eco101	12/2020	CDI + 2,56% a.a.	-	-	25.546	25.000
1ª Emissão - Eco135	08/2020	117,5% CDI	-	-	226.390	226.224
1ª Emissão - Ecorodovias Concessões (Cessão)	04/2020	CDI+1,18% a.a./CDI+1,42% a.a.	-	-	190.233	373.229
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões (2ª e 3ª Série)	10/2022	IPCA+5,0%/IPCA+5,35% a.a.	-	-	744.110	694.574
3ª Emissão - Ecorodovias Concessões	08/2019	106,0% CDI	-	-	-	220.106
5ª Emissão - Ecorodovias Concessões	12/2019	114,85% CDI	-	-	105.497	100.113
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (1ª e 2ª Série)	11/2022	106,0% e 110,25% do CDI	-	-	1.095.542	1.076.561
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (3ª Série)	11/2024	IPCA+6,0% a.a.	-	-	33.696	31.346
7ª Emissão - Ecorodovias Concessões	06/2025	IPCA + 7,4438% a.a.	-	-	370.976	365.532
8ª Emissão - Ecorodovias Concessões	04/2026	CDI + 1,30% a.a. / IPCA + 5,50%	-	-	920.080	-
1ª Emissão - Ecorodoanel	03/2020	119,0% CDI	-	-	901.366	900.048
1ª Emissão - Ecoporto Santos	06/2019	CDI + 1,85% a.a.	-	-	-	125.290
2ª Emissão - Ecoporto Santos	06/2020	CDI + 1,85% a.a.	-	-	132.170	-
2ª Emissão - EcoRodovias Infraestrutura	06/2020	105,5% CDI	-	89.770	-	-
3ª Emissão - EcoRodovias Infraestrutura	04/2020	CDI +1,25% a.a.	134.122	131.265	134.122	131.265
4ª Emissão - EcoRodovias Infraestrutura	12/2021	115,0% CDI	304.006	297.355	304.006	297.355
5ª Emissão - EcoRodovias Infraestrutura	06/2020	CDI+1,35%	1.117.106	-	1.117.106	-
1ª Emissão - Eco050	12/2029	IPCA + 9% a.a.	-	-	85.351	-
			<b>1.555.234</b>	<b>518.390</b>	<b>8.158.861</b>	<b>6.862.768</b>
Circulante			1.257.256	2.183	3.582.205	1.417.300
Não circulante			297.978	516.207	4.576.656	5.445.468

## Notas Explicativas

A movimentação das debêntures no período está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Saldo no início do período	518.390	84.053	6.862.768	5.415.248
Adições	1.090.036	128.887	2.262.668	1.597.334
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº10.a.ii)	-	-	86.102	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº26)	54.244	9.113	449.308	378.705
Pagamento principal	(80.000)	-	(1.199.905)	(382.202)
Pagamento de juros	(27.436)	-	(302.080)	(212.768)
Saldo no fim do período	1.555.234	222.053	8.158.861	6.796.317

### Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881.000 mil atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200.000, com juros remuneratórios de 3,80%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681.000, com juros remuneratórios de 4,28%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

### Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

#### 1ª Emissão

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370.000, atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;

## Notas Explicativas

- (ii) 2ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022;

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

### 2ª Emissão (Privada)

Em 12 de julho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300.000, para colocação privada, sendo que a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma:

- Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100.000 referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70.000 referentes a segunda série, R\$40 mil referentes a terceira série e R\$40.000 mil referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

A emissão não conta com garantia de qualquer natureza.

### Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Em 04 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$143.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/2016 105,7% do CDI -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2019 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019.

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 3º aditamento para inclusão da Fiança da Interveniente Garantidora.

## Notas Explicativas

A emissão conta com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada.

A referida debênture foi quitada em 15 de maio de 2019.

### Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

#### 1ª Emissão

Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$148.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04 de março de 2016 105,7% do CDI *over* -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI *over*, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2019 107% do CDI *over*, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

#### 2ª Emissão

Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107,5% do CDI *over*, pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 17 dos meses de junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018.

Em 11 de junho de 2018, foi firmado um aditivo à 2ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data de vencimento das Debêntures para 17 de junho de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das Debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 110,75% do CDI sendo o primeiro pagamento em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

#### 3ª Emissão

Em 2 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 2 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

## Notas Explicativas

### Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Em 17 de maio de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$185.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,50% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 17 de maio de 2019.

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 1º aditamento para inclusão da Fiança da Interveniente Garantidora.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada.

A referida debênture foi quitada em 17 de maio de 2019.

### Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 29 de junho de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,80% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2018.

Em 14 de dezembro de 2018, foi firmado um aditivo à 1ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data de vencimento das debêntures para 29 de dezembro de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 2,56% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

### Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

#### 1ª Emissão (EcoRodovias Infraestrutura – Cessão de dívida)

Em 24 de abril de 2015, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória em duas séries, no valor nominal total de R\$600.000.

Em 10 de agosto de 2016, foi firmado o 2º aditamento da Escritura onde a Emissora (EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.) cedeu à Fiadora (Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) a totalidade dos direitos e obrigações por ela adquiridos e assumidos nos documentos relativos as Debêntures, mediante a substituição da posição contratual da Emissora pela Fiadora e assunção da Dívida representada pelas Debêntures pela Fiadora ("cessão"). Em virtude da Cessão a Fiadora passou a ser a nova emissora das Debêntures, sendo certo, portanto, que a Emissão (após a Cessão) não contou mais com garantia fidejussória da Fiadora ou terceiros.

## Notas Explicativas

- (i) 1ª série R\$232.000, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,18%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2018, amortização paga em uma parcela, no dia 15 de abril de 2018;
- (ii) 2ª série R\$368.000, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,42%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

### 2ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$800.000, sendo:

- (i) 1ª série R\$240.000, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 0,79%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2018, amortização paga em três parcelas anuais, no dia 15 de outubro nos anos de 2016 a 2018;
- (ii) 2ª série R\$160.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,0%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2019, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2018 e 2019;
- (iii) 3ª série R\$400.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,35%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2020 a 2022.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

### 3ª Emissão

Em 18 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$215.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 114,0% do CDI *over*, pagos em duas parcelas semestrais e uma parcela trimestral, o primeiro pagamento foi em 18 de maio de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 19 de fevereiro de 2018.

## Notas Explicativas

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

### 4ª Emissão

Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$300.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 12 de abril de 2025.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

### 5ª Emissão

Em 22 de junho de 2017, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$100.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 109,0% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 22 de dezembro de 2018.

Em 17 de dezembro de 2018, foi formalizado o 1ª aditivo à 5ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data vencimento para 22 de dezembro de 2019. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 114,85% do CDI *over*, pagos em 22 de dezembro de 2018 e junto com a amortização em 22 de dezembro de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

### 6ª Emissão

Em 14 de dezembro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, nominativa, escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$1.100.000, sendo:

- (i) 1ª série R\$319.550, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,0% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;
- (ii) 2ª série R\$750.450, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 110,25% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2022, amortização paga em duas parcelas anuais, em 15 de novembro de 2021 e 15 de novembro de 2022;

## Notas Explicativas

(iii) 3ª série R\$30.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 6,0%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de novembro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2024, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2023 e 2024;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

### 7ª Emissão

Em 7 de julho de 2018, foi realizada a 7ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$350.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 7,4438%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de junho, o primeiro pagamento será em 15 de junho de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de junho de 2025, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de junho nos anos de 2024 e 2025;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

### 8ª Emissão

Em 22 de maio de 2019, foi realizada a 8ª emissão de debêntures simples, nominativa, escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até três séries, no valor nominal total de R\$900 milhões.

(i) 1ª série R\$833.675, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,30%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em parcela única na data do vencimento;

(ii) 3ª série R\$66.325, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,5031%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento será em 15 de abril de 2020 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2026, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de abril nos anos de 2025 e 2026;

### EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

#### 2ª emissão

Em 02 de junho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$80.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,50% do CDI over. Os juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020. A controlada direta Ecorodovias Concessões S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e as apresenta em suas demonstrações na rubrica "Partes Relacionadas".



## Notas Explicativas

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A emissão não requer a manutenção de índices financeiros (*covenants*).

Em 14 de junho de 2019, ocorreu o pré-pagamento da referida debênture.

### 3ª emissão

Em 23 de março de 2018, a Companhia aprovou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor R\$130.000. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,25% a.a. O prazo de vencimento das Debêntures será de 2 anos a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de abril de 2020.

As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

### 4ª emissão

Em 27 de dezembro de 2018, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor R\$300.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 3 anos a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2021. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 115,00% do CDI *over*. Os juros serão pagos semestralmente sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro, com primeiro vencimento em 15 de junho de 2019 e o último pagamento no vencimento. A amortização será paga em duas parcelas, em 15 de dezembro de 2020 e na data de vencimento 15 de dezembro de 2021.

As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

### 5ª emissão

Em 14 de junho de 2019, a Companhia aprovou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor R\$1.100.000. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,35% a.a. O prazo de vencimento das Debêntures será de 1 ano a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 14 de junho de 2020.

As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

### Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel

Em 29 de março de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$900.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 119,0% do CDI, os juros serão pagos trimestralmente sempre no dia 15 dos meses de junho, setembro, dezembro e março, com primeiro vencimento em 15 de junho de 2018 e o último pagamento no vencimento e a amortização em parcela única na data de vencimento 15 de março de 2020.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Conforme nota explicativa nº 31, em 09 de outubro de 2019, ocorreu o pré-pagamento da referida debênture.

## Notas Explicativas

### Ecoporto Santos S.A.

#### 1ª emissão

Em 15 de junho de 2012, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$600.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescidos de 1,85%a.a., pagos anualmente sempre no dia 15 dos meses de junho dos anos 2013 a 2019. A amortização do principal foi paga em 6 parcelas anuais sempre no dia 15 de junho dos anos 2014 a 2019.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

#### 2ª emissão

Em 27 de junho de 2019, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal total de R\$130.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescidos de 1,85%a.a., pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 26 de junho e dezembro, o primeiro pagamento será em 26 de dezembro de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 26 de junho de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;

A emissão conta com garantia fidejussória adicional na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

### Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 15 de agosto de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal total de R\$225.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 117,50% do CDI *over*, pagos trimestralmente sempre no dia 15 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro sendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2018 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 15 de agosto de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

### Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A.

Em 02 de Março de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia real fidejussória em série única, no valor nominal total de R\$90.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 9,0% a.a pagos semestralmente a partir da data de emissão, o primeiro pagamento foi em 15 de junho de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 17 de Dezembro de 2029.

**Notas Explicativas**

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	30/09/2019			31/12/2018		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	-	-	-	-	(1.694)	(1.694)
2020	150.000	(1.444)	148.556	369.784	(1.319)	368.465
2021	150.000	(578)	149.422	150.000	(564)	149.436
	300.000	(2.022)	297.978	519.784	(3.577)	516.207

	Consolidado					
	30/09/2019			31/12/2018		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	-	-	-	-	(1.590)	(1.590)
2020	717.946	(3.287)	714.659	2.632.406	(10.588)	2.621.818
2021	849.628	(8.369)	841.259	840.190	(5.950)	834.240
2022	983.663	(5.507)	978.156	964.979	(3.084)	961.895
2023	360.591	(3.839)	356.752	346.907	(1.429)	345.478
2024	1.177.969	(2.421)	1.175.548	330.135	(574)	329.561
Posteriores a 2024	513.971	(3.689)	510.282	354.650	(584)	354.066
	4.603.768	(27.112)	4.576.656	5.469.267	(23.799)	5.445.468

## Notas Explicativas

A Companhia possui contratos com cláusulas (“*covenants*”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecovias	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	<3,5x > 2,0x	1,41x 10,24x
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	>20% ≥1,20x < 4,0x ≤5,5x	36,99% 1,39x 2,88x 3,57x
Ecosul	1ª 2ª 3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x < 3,0x ≤ 3,5x	1,12x 1,12x 1,12x
Ecorodovias Concessões	1ª 2ª 3ª 4ª 5ª 6ª 7ª 8ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x < 3,75x > 2,0x ≤ 3,75x ≥ 2,0x ≤ 3,75x ≥ 2,5x ≤ 3,75x ≥ 2,0x ≤ 3,75x ≥ 2,0x ≤ 3,75x ≤ 4,00x	3,29x 3,29x 3,03x 3,29x 3,53x 3,29x 3,53x 3,29x 3,53x 3,29x 3,12x
Eco135 (Interveniente Garantidora – ECS)	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	3,13x
Ecorodoanel (Interveniente EIL) Ecorodoanel (ECS)	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 5,00x ≤ 3,75x	4,58x 3,10x

O *covenants* não financeiras prevê cláusula de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

**Notas Explicativas**

Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Ecorodovias Concessões e Serviços	2ª série	15/10/2012	160.000	(4.417)	155.583	IPCA + 5,0% a.a	11,40% a.a.
	3ª série	15/10/2012	400.000	(11.043)	388.957	IPCA + 5,35% a.a	11,08% a.a.
	2ª série	24/04/2015	368.000	(2.609)	365.391	CDI + 1,42% a.a.	11,98% a.a.
	Série única	12/04/2017	300.000	(112)	299.888	105,5% CDI	6,24% a.a.
	Série única	22/06/2017	100.000	(198)	99.802	114,85% CDI	7,49% a.a.
	1ª série	14/12/2017	319.550	-	319.550	106,0% CDI	6,36% a.a.
	2ª série	14/12/2017	750.450	(2.908)	747.542	110,25% CDI	6,41% a.a.
	3ª série	14/12/2017	30.000	-	30.000	IPCA + 6,0% a.a.	9,69% a.a.
	Série única	04/07/2018	350.000	(1.972)	348.028	IPCA + 7,4438% a.a.	11,05% a.a.
	1ª série	22/05/2019	833.675	(4.154)	829.521	CDI + 1,30% a.a.	6,80% a.a.
	2ª série	22/05/2019	66.325	-	66.325	IPCA + 5,5% a.a.	8,92% a.a.
Ecorodovias Infraestrutura e Logística	Série única	13/04/2018	130.000	(1.167)	128.833	CDI + 1,25%	7,38% a.a.
	Série única	15/12/2018	300.000	(2.907)	297.093	115,00% do CDI	6,54% a.a.
	Série única	14/06/2019	1.100.000	(9.813)	1.090.187	CDI+1,35%	6,96% a.a.
Ecovias dos Imigrantes	1ª série	15/04/2013	200.000	(6.890)	193.110	IPCA + 3,80% a.a.	9,76% a.a.
	2ª série	15/04/2013	681.000	(23.462)	657.538	IPCA + 4,28% a.a.	9,50% a.a.
Ecopistas	1ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,58% a.a.
	2ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,75% a.a.
	3ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,70% a.a.
	4ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,61% a.a.
	1ª série	14/07/2017	100.000	(206)	99.794	105,0% do CDI	6,04%a.a.
	2ª série	14/12/2017	70.000	(144)	69.856	105,5% do CDI	5,92%a.a.
	3ª série	14/12/2017	40.000	(82)	39.918	105,5% do CDI	5,91%a.a.
	4ª série	14/12/2017	40.000	(82)	39.918	105,5% do CDI	5,91%a.a.
Eco101	Série única	30/06/2017	25.000	(242)	24.758	CDI + 2,56% a.a.	8,67% a.a.
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000	(258)	147.742	107,0% CDI	10,99% a.a.
Ecosul	Série única	17/01/2017	50.000	(122)	49.878	110,75% CDI	7,89% a.a.
Ecosul	Série única	02/06/2017	50.000	(175)	49.825	107,0% CDI	7,01% a.a.
Eco135	1ª emissão	15/08/2018	225.000	(953)	224.047	117,5% CDI	6,95% a.a.
Ecorodoanel	Série única	29/03/2018	900.000	(3.722)	896.278	119,0% CDI	7,29% a.a.
Ecoporto Santos	2ª emissão	27/06/2019	130.000	(609)	129.391	CDI + 1,85% a.a.	7,53% a.a.
Eco050	Série única	02/03/2018	90.000	(13.904)	76.096	IPCA + 9% a.a.	13,79% a.a.
			<b>8.327.000</b>	<b>(105.171)</b>	<b>8.221.829</b>		

## Notas Explicativas

### 16. ARRENDAMENTO MERCANTIL - CONSOLIDADO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	30/09/2019	31/12/2018
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	13.539	15.333
Circulante	7.949	9.925
Não circulante	5.590	5.408

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	30/09/2019	30/09/2018
Adoção inicial CPC-06 (vide Nota Explicativa nº3)	15.333	17.489
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº 10.a.ii)	721	
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 26)	9.155	11.307
Pagamento principal	(2.539)	(1.046)
Pagamento de juros	(9.155)	(11.307)
Saldo no fim do período	13.539	16.443

### 17. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Em 30 de setembro de 2019, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

## Notas Explicativas

Controladora	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado			
		Circulante	Não circulante Intangível	Circulante	Não circulante	Receita	Juros de mútuo	Juros Cessão de dívida	Custos e Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controlada direta	193	-	4	-	-	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controlada direta	-	-	-	-	-	-	-	10.535
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controlada direta	-	-	-	-	-	-	18.810	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (d)	Controlada indireta	-	-	-	-	498	-	-	-
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel (e)	Controlada direta	80	-	-	-	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A. (f)	Controlada direta	-	38.657	-	-	-	2.101	-	-
Termares Term. Mar. Alfandegados Ltda. (g)	Controlada direta	-	5.120	-	-	-	242	-	-
Total em 30 de setembro de 2019		<u>273</u>	<u>43.777</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>498</u>	<u>2.343</u>	<u>18.810</u>	<u>10.535</u>
Total em 31 de dezembro de 2018		<u>29.708</u>	<u>42.029</u>	<u>174.000</u>	<u>808.146</u>				
Total em 30 de setembro de 2018						<u>472</u>	<u>3.270</u>	<u>26.839</u>	<u>25.172</u>

Consolidado	Natureza	Ativo		Passivo	Resultado
		Circulante Clientes	Não circulante Intangível	Circulante	Custos e Despesas
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	-	45.469	697	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	-	2.393	40	-
Consórcio MG135 (i)	Outras partes relacionadas	-	8.336	-	-
Consórcio Binário Porto de Santos (j)	Outras partes relacionadas	-	71.788	6.963	-
Consórcio Alças da Ponte (k)	Outras partes relacionadas	-	117.074	11.103	-
Consórcio BR050 (l)	Outras partes relacionadas	-	8.203	4.098	-
Consórcio Baixada Santista (m)	Outras partes relacionadas	-	3.387	660	-
Total em 30 de setembro de 2019		<u>-</u>	<u>256.650</u>	<u>23.561</u>	<u>498</u>
Total em 31 de dezembro de 2018		<u>186</u>	<u>173.749</u>	<u>19.881</u>	
Total em 30 de setembro de 2018					<u>7.479</u>

## Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) Refere-se ao rateio de custos da remuneração dos diretores compartilhados entre a Companhia e a Controlada Ecorodovias Concessões e Serviços (vide nota de remuneração dos administradores).
- (b) Em 14 de junho de 2019 ocorreu a liquidação do contrato de mútuo com a controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.. O mútuo foi corrigido pela taxa de 105,0% do CDI com vencimento em 12 de junho de 2020.
- (c) A Companhia celebrou em 10 de agosto de 2016 a contrato de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. o qual será ajustado nos mesmo termos previstos na Escritura, no qual cedeu a dívida de R\$600.000 mil em debêntures em duas séries: - 1ª série CDI+1,18%a.a. com vencimento em 15 de abril de 2018 e - 2ª série CDI 1,42%a.a. com vencimento em 15 de abril de 2020. O vencimento final do pagamento da Cessão de dívida é dezembro de 2023, em 14 de junho de 2019 ocorreu a liquidação do referido contrato.
- (d) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da controlada indireta Ecosul, pertencente a Companhia. O saldo em aberto a receber de R\$54, (de aluguéis já incorridos) tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargos.
- (e) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (f) Refere-se a contrato de mútuo, sendo a mutuária a controlada Ecoporto Santos S.A.. O mútuo será corrigido através da taxa de 105% do CDI com vencimento em 31 de dezembro de 2021.
- (g) Refere-se ao contrato de mútuo, sendo a mutuária Termares. O mútuo será corrigido através da taxa de 105% do CDI com vencimento em 31 de dezembro de 2021.
- (h) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$132.396. O prazo para execução desses será até 31 de maio de 2020. Em 30 de setembro de 2019, os saldos em aberto a pagar de R\$737 (de serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (i) O Consórcio MG-135, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviço de execução da infraestrutura das 06(seis) praças de pedágios a serem implantadas nas rodovias sob concessão da controlada. O preço global firmado é de R\$30.734, que finalizou a execução destes serviços em 20 de março de 2019. Em 30 de setembro de 2019, não há saldos em aberto (de serviços já realizados).
- (j) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviços de implantação da conexão Porto-Cidade entre o KM 60 e KM 65+600 da SP 150, municípios de Santos e Cubatão. O preço global firmado é de R\$184.837 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de novembro de 2020. Em 30 de setembro de 2019, o saldo em aberto



## Notas Explicativas

de R\$6.963 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

- (k) O Consórcio Alças da Ponte, pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a ponte Rio-Niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do Rio de Janeiro. O preço global firmado é de R\$347.096 e o prazo de execução desses serviços é 31 de março de 2020. Em 30 de setembro de 2019 o saldo em aberto a pagar de R\$11.103 (de serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (l) O Consórcio BR050, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda. e Crasa Infraestrutura S.A., presta serviço de "Execução dos Serviços de Duplicação do KM 286+800 ao 309+400 da Rodovia BR-050/GO e Recuperação de Pavimento da Rodovia BR-050/GO do KM 95+700 ao 314+000". O preço global firmado é de R\$137.810 e o prazo final para execução destes serviços é 31 de dezembro de 2020. Em 30 de setembro de 2019, o saldo em aberto de R\$4.098 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (m) O Consórcio Baixada Santista, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda. e Crasa Infraestrutura S.A., prestou serviço de "Recuperação do Pavimento Flexível nas Rodovias que compõe o SAI - SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES e usinagem de CBUQ, inclusive com Asfaltos Modificados na Unisa das Ecovias" . O preço global firmado é de R\$51.300 e o prazo final para execução destes serviços foi 31 de dezembro de 2018. Em 30 de setembro de 2019, o saldo em aberto de R\$660 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Os saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 30 de setembro de 2019 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	30/09/2019	31/12/2018
Ecorodovias Concessões	Ecopistas EcoRodovias	10/2010	03/2025	100% CDI + 1,20% a.a.	149.075	142.317
Ecorodovias Concessões	Infraestrutura	06/2015	06/2020	105,0% CDI	-	353.073
Ecorodovias Infra	Ecoporto Santos	10/2015	12/2021	105,0% CDI	38.657	37.115
Ecorodovias Infra	Termares	11/2015	12/2021	105,0% CDI	5.120	4.914
Termares	Ecoporto Santos	09/2015	12/2021	105,0% CDI	4.477	6.246
Termares	Ecoporto Santos	10/2015	12/2021	105,0% CDI	-	2.114
					<u>197.351</u>	<u>545.779</u>

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 30 de setembro de 2019, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

## Notas Explicativas

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o período de 2019 em R\$13.145 (R\$19.324 para o período de 2018), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração do período provisionada aos administradores está demonstrada a seguir:

	30/09/2019	30/09/2018
Remuneração (fixa/variável)	2.902	3.926
Gratificação	-	2.237
Plano de opção com base em ações	-	(419)
Remun. baseada em ações ( <i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i> )	179	68
Seguro de vida	2	5
Assistência saúde	103	91
Previdência privada	31	153
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP ( <i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i> ))	207	971
	<u>3.424</u>	<u>7.032</u>

### 18. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 6,92% a 12,81% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Aquisição de Participação	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2019
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 25)	1.328.191	114.730	174.367	-	-	1.617.288
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº25)	(275.212)	(39.706)	(34.565)	-	-	(349.483)
Realização da manutenção	(929.908)	-	-	(104.774)	-	(1.034.682)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 26)	197.404	18.664	-	-	33.020	249.088
	<u>320.475</u>	<u>93.688</u>	<u>139.802</u>	<u>(104.774)</u>	<u>33.020</u>	<u>482.211</u>
Circulante	79.074					113.517
Não circulante	241.401					368.694

**Notas Explicativas**

	31/12/2017	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 24)	1.142.368	88.082	-	-	1.230.450
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 24)	(232.403)	(16.869)	-	-	(249.272)
Realização da manutenção	(809.532)	-	(90.317)	-	(899.849)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	169.191	-	-	21.161	190.352
	<u>269.624</u>	<u>71.213</u>	<u>(90.317)</u>	<u>21.161</u>	<u>271.681</u>
Circulante	90.503				105.142
Não circulante	179.121				166.539

**19. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO**

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 10,73% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Efeito financeiro	30/09/2019
Constituição da provisão para obras futuras	149.155	-	149.155
Efeito do valor presente sobre a constituição	(23.540)	-	(23.540)
Realização da construção	(47.803)	-	(47.803)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 26)	19.055	1.094	20.149
	<u>96.867</u>	<u>1.094</u>	<u>97.961</u>
Circulante	71.841		83.126
Não circulante	25.026		14.835

	31/12/2017	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2018
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(47.321)	(220)	-	(47.541)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	15.939	-	2.336	18.275
	<u>65.266</u>	<u>(220)</u>	<u>2.336</u>	<u>67.382</u>
Circulante	57.568			57.347
Não circulante	7.698			10.035

**Notas Explicativas****20. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO****i) Outorgas fixas e variáveis**

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Parcelas:		
Variável - Ecovias (a)	1.250	1.482
Variável - Ecopistas (a)	410	445
Outras Ecovia - Verba de fiscalização (b)	277	277
Outras Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (c)	465	588
Variável - Ecosul (d)	293	232
Outras Ecocataratas - Verba de fiscalização (e)	325	325
Taxa de fiscalização - Ecoponte (f)	290	276
Taxa de fiscalização - Eco101 (g)	557	532
Outras Ecocataratas - PRE/PRF (h)	2.701	2.663
Outras Ecoporto - Taxas CODESP (i)	-	977
Outras Termares - Taxas CODESP (i)	-	114
Fixas - Eco135 (j)	863.009	767.527
Credor Pela Concessão - ECO050 (k)	911	-
	<u>870.488</u>	<u>775.438</u>
Circulante	15.690	10.608
Não circulante	854.798	764.830

- a) A parcela variável das controladas indiretas Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- b) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 30 de setembro de 2019, o valor atualizado mensal é de R\$277 (R\$277 em 31 de dezembro de 2018).
- c) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada indireta Ecovia, provisionados mensalmente conforme contrato de concessão e realizados conforme demanda da Polícia Rodoviária Federal e Estadual.
- d) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- e) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 30 de setembro de 2019, a parcela reajustada é de R\$325 (R\$325 em 31 de dezembro de 2018).
- f) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 mensalmente até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 30 de setembro de 2019, o valor atualizado é de R\$290 (R\$276 em 31 de dezembro de 2018).
- g) Taxa de fiscalização da controlada indireta Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 30 de setembro de 2019, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$557 (R\$532 em 31 de dezembro de 2018).

## Notas Explicativas

- h) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada indireta Ecocataratas, provisionados mensalmente conforme contrato de concessão e realizados conforme demanda da Polícia Rodoviária Federal e Estadual.
- i) Referem-se ao pagamento de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo – CODESP, das controladas Ecoporto Santos e Termares, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de transito aduaneiro.
- j) Conforme contrato de concessão da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 mil com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC12 – Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.605.947.
- k) Refere-se a verba de fiscalização da controlada indireta Concessionaria de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A., recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes (ANTT). O valor mensal em 30 de setembro de 2019 corresponde à R\$911.

Adicionalmente, as controladas indiretas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.

As controladas indiretas Ecovias e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

A movimentação do período das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	30/09/2019	30/09/2018
Saldo no início do período	775.438	13.488
Adição (*)	-	2.312.752
AVP da constituição (*)	-	(1.605.947)
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº10.a.ii)	455	-
Custo (vide Nota Explicativa nº 25)	50.497	44.956
Intangível	1.739	-
Realização do AVP (**)	18.134	-
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº 26)	62.614	(50)
Custos financeiros capitalizados (**)	35.239	26.536
Pagamento do principal	(73.628)	(51.888)
Saldo no final do período	<u>870.488</u>	<u>739.847</u>

(\*) Refere-se ao Contrato de Concessão da Controlada Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

(\*\*) Conforme item 32 do Pronunciamento técnico CPC04 - Ativos Intangíveis, a controlada Eco135 está capitalizando os custos financeiros até a data do início da cobrança de pedágio.

## Notas Explicativas

### ii) Outros compromissos relativos a concessões

#### Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A concessionária também é responsável pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir:

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

#### Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista administrando 176,8 quilômetros de extensão.

#### Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária tem como objeto exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas.

#### Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
  - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
  - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
  - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
  - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

#### Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária tem como objeto a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

## Notas Explicativas

### ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.
- Verba de fiscalização ANTT: a concessionária deverá recolher a ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.
- Verba de segurança no trânsito: a concessionária deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados a prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal.

### Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;
- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

### Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km.

### Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- promover a recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do Sistema Rodoviário do lote que compreende o trecho de 436,6 km da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorno existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligadas diretamente ou por dispositivos

## Notas Explicativas

de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Edital nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assunção do Contrato.

Conforme definido pela ANTT, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em quatro frentes:

- Frente de Recuperação e Manutenção;
- Frente de Ampliação de Capacidade e Manutenção de nível de serviço;
- Frente de Conservação;
- Frente de Serviços Operacionais.

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de setembro de 2019, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Os investimentos relativos a Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. e a Concessionária de Rodovias Minas Gerais S.A., estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente.

	30/09/2019							Total
	Previsão ao fim do prazo de concessão							
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	
<u>Natureza dos custos</u>								
Melhorias na infraestrutura	57.792	125.489	158.649	42.759	55.511	1.465.985	420.373	2.326.558
Conservação especial (manutenção)	1.482	64.988	164.712	110.223	424.402	651.936	431.684	1.849.427
Equipamentos	10.831	38.078	54.393	9.301	236.704	358.627	89.038	796.972
Total	70.105	228.555	377.755	162.283	716.617	2.476.548	941.095	4.972.957

	31/12/2018							Total
	Previsão ao fim do prazo de concessão							
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	
<u>Natureza dos custos</u>								
Melhorias na infraestrutura	61.976	169.068	277.598	47.595	78.657	1.557.704	578.503	2.771.101
Conservação especial (manutenção)	27.147	68.280	179.458	153.410	428.813	682.198	427.050	1.966.356
Equipamentos	10.977	37.515	54.393	9.075	231.126	355.576	86.959	785.621
Total	100.100	274.863	511.449	210.080	738.596	2.595.478	1.092.512	5.523.078

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão favorável a Ecopistas, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas. A Fazenda Pública do Estado e a ARTESP recorreram da desta decisão em 11 de maio de 2018, estamos no aguardo do julgamento deste recurso na 2ª Instância.

Em 24 de abril de 2018, a Ecovias dos Imigrantes assinou com Artesp um aditivo contratual, que incluiu obras no valor de R\$270.000 no contrato de concessão, que será reequilibrado pelo fluxo de caixa marginal, com extensão do prazo da concessão em 7 meses e 24 dias.



## Notas Explicativas

### 21. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

#### Informações adicionais sobre o contrato de concessão

##### (i) Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Também em dezembro de 2016 foi proferida decisão pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca do relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido julgamento acolheu parcialmente o contido no relatório de auditoria para que se implemente uma estrutura adequada de fiscalização pelos Órgãos Reguladores, assim como converteu o procedimento em tomada de contas extraordinária. Foram apresentados recursos pela Concessionária, Poder Concedente e Agência Reguladora acerca da referida decisão. Não há julgamento final ainda.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

##### (ii) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 6 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses

## Notas Explicativas

eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

### (iii) Concessionária Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas

Acerca do inquérito policial nº 5002963-29.2015.404.7013 e do inquérito policial relacionado a promulgação da Medida Provisória 752/2016, a Companhia informou que ambas investigações são conduzidas atualmente pela 23ª Vara Federal de Curitiba/PR. Com relação as buscas e apreensões para obter informações sobre as subsidiárias da Companhia Concessionária Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas, prisão temporária de 1 (um) diretor superintendente e preventiva de 1 (um) colaborador (ambos já em liberdade e desligados dos seus cargos) cujas ordens emanaram do processo de busca e apreensão nº 5036128-042.2018.4.04.7000, a Companhia informou que foi oferecida e aceita denúncia contra estes dois executivos desligados nos autos da ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000. As subsidiárias Concessionária Ecovia Caminho do Mar, Rodovia das Cataratas – Ecocataratas e Ecorodovias Concessões e Serviços informam que não foram objeto de denuncia em ação penal, apenas seus executivos desligados, havendo pedido do Ministério Público Federal de fixação de montante mínimo para reparação de danos, estimado para a Ecovia a importância de R\$200.499 e para a Ecocataratas a importância de R\$935.476.

No complemento dos procedimentos internos realizados pela administração da Companhia, em conformidade com o Comitê Corporativo de Gestão de Crises, o Conselho de Administração, cumprindo com seu dever de diligência, aprovou em 7 de março de 2018 a criação de um Comitê Independente para reporte direto ao Conselho de Administração, com, resumidamente, objetivo de apurar, com independência, cautela e responsabilidade, de maneira justa e imparcial, as alegações feitas contra a Companhia e suas subsidiárias, assegurar que a investigação fosse conduzida de forma independente e elaborar relatório final referente aos achados da investigação, bem como as recomendações do Comitê em relação as políticas internas e procedimentos relativos a investigação, assim como as medidas disciplinares e/ou legais cabíveis. Mediante a contratação de empresas renomadas, o Comitê Independente procurou assegurar que a apuração empregasse metodologia de investigação forense reconhecida pelo mercado e que os trabalhos fossem conduzidos de forma abrangente e sem obstáculos, tendo resultado na análise de aproximadamente 19.000 documentos, 230.000 arquivos eletrônicos, 170 relatórios de integridade e 248 testes de transação.

Quanto ao desenvolvimento dos trabalhos de investigação independente, a Companhia informou que foram finalizados com a apresentação em 07 de fevereiro de 2019 do relatório final ao Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que indicou serem inconclusivos em relação a existência de ilicitudes apontadas nas alegações do Ministério Público Federal e não indicaram o cabimento de medidas judiciais ou disciplinares. Ainda, o Comitê Independente alertou que o desdobramento das investigações do MPF poderia apresentar novas informações que, por sua vez, poderiam potencialmente resultar em novas alegações ou evidências. O Comitê Independente encerrou seus trabalhos e foi dissolvido em 15 de fevereiro de 2019. Diante desse cenário, a Companhia não dispunha no momento de elementos que a possibilitassem identificar a existência ou não de potencial perda relacionada a esses eventos. Em razão do esgotamento da sua capacidade de atuação diante da inconclusividade apontada ao final do seu trabalho, restaram duas alternativas: o longo, incerto e oneroso processo investigativo ou a imediata colaboração de pessoas envolvidas nos fatos alegados para as Concessionárias do Paraná, uma vez que os ex-executivos tinham condição de prestar informações necessárias ao integral e célere esclarecimento dos fatos.

As informações, esclarecimentos e documentos prestados pelos ex-executivos foram considerados relevantes pelo MPF do Paraná e que, se os fatos se provassem verdadeiros,

## Notas Explicativas

eventuais penalidades poderiam ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia e suas investidas.

Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a Ecovia, contra suas sociedades relacionadas, a ECS e a Companhia, e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias sob a alegação de que o contrato de concessão e seus aditivos seriam nulos, pois seriam produto de conluíus ilícitos investigados na Operação Integração. O Estado do Paraná e o DER/PR pleitearam tutelas de urgência e cautelar voltadas à abertura das cancelas das praças de pedágio/redução das tarifas, ao depósito ou bloqueio de valores, à decretação de indisponibilidade de bens da concessionária e de suas acionistas e à quebra de sigilo bancário da Ecovia. Como pedidos finais, o Estado do Paraná e o DER/PR pretendem a reparação dos supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$ 500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção contra a Ecovia. O valor pleiteado pelo Estado do Paraná e pelo DER/PR, de R\$4.945.904, corresponde, segundo o Estado do Paraná e o DER/PR, ao montante total arrecadado pela Ecovia ao longo de toda a concessão.

Diante do alerta do Comitê Independente acerca de possíveis desdobramentos das investigações do MPF do Paraná, a Companhia contratou renomados escritórios de advocacia que fizeram reportes ao Conselho de Administração em que destacaram que a celebração de um acordo de leniência poderia ser uma alternativa viável para a Companhia e as Concessionárias do Paraná.

O Conselho de Administração da Companhia concluiu, em 12 de agosto de 2019, pela celebração de um acordo de leniência ("Acordo de Leniência") para regular a continuidade dos negócios da Companhia e das Concessionárias do Paraná.

Para que os ex-executivos envolvidos se dispusessem a colaborar com as autoridades competentes, foi necessário lhes assegurar certos direitos e protegê-los de certos riscos por meio de relação contratual que disciplinou o ex-executivo envolvido ficar obrigado a colaborar com tais autoridades para que a Companhia firmasse o acordo de leniência. Por isso, em 12 de agosto de 2019, o Conselho de Administração autorizou, para os ex-executivos e mediante o comprometimento desses ex-executivos de esclarecer fatos úteis à Companhia que permitam colaborar com as autoridades brasileiras, (i) o recebimento de certa quantia em moeda corrente pelo prazo de 5 anos (aproximadamente R\$67.305); (ii) não ajuizar ações de responsabilidade civil contra os ex-executivos; e (iii) o reembolso de despesas e custos incorridos pelos ex-executivos em relação a este tema.

O Acordo de Leniência foi firmado em 12 de agosto de 2019 com o MPF do Paraná, homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, estabeleceu que: (a) a Companhia ou a ECS devem pagar o valor de R\$30.000 a título de multa prevista na Lei de Improbidade; (b) a Ecovia deve arcar com R\$20.000 de obras e R\$100.000 de redução tarifária; e (c) a Ecocataratas deve arcar com R\$130.000 de obras e R\$120.000 de redução tarifária. A redução da tarifa de pedágio ocorre em favor dos usuários de todas as praças de pedágio operadas pelas Concessionárias do Paraná na razão de 30% por, pelo menos, 12 (doze) meses. Adicionalmente, as Concessionárias do Paraná sujeitar-se-ão ao aprimoramento e acompanhamento de seu programa de ética e compliance por monitor independente.

Também ficou estabelecido no Acordo de Leniência o encerramento, por parte do MPF, dos procedimentos de natureza criminal e das discussões de natureza cível, inclusive em relação a atos de improbidade contra a Companhia e suas controladas, bem como a concordância do MPF para a utilização dos valores compreendidos no Acordo de Leniência para compensar eventuais pagamentos que a Companhia, o ECS e as Concessionárias do Paraná venham a

## Notas Explicativas

realizar em relação a eventuais ações propostas por autoridades governamentais acerca de fatos tratados no Acordo de Leniência. O MPF já manifestou desistência do pedido de bloqueio de bens no valor de R\$185.368 em contas bancárias mantidas em nome das Concessionárias Ecovia e Ecocataratas (Arresto nº 5008589-29.2019.4.04.7000) na ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000. O MPF, ainda, se comprometeu a concordar com a utilização dos valores compreendidos no Acordo de Leniência para compensação na Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR ("ACP").

O valor total do provisionamento foi de R\$466.834, tendo sido integralmente realizado no período findo em 30 de setembro de 2019 e as despesas foram consideradas indedutíveis para fins de tributação de Imposto de Renda e Contribuição Social. A multa, no valor total de R\$30.000, foi paga em 01 de outubro de 2019 e o início do desconto tarifário também aconteceu na mesma data. As obras não possuem ainda calendário confirmado. Considerando esses prazos, a Companhia classificou o total de R\$198.582 no passivo não circulante.

### (iv) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente, nos termos do Contrato e da regulamentação setorial. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser o Ministério da Infraestrutura, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. O Ecoporto Santos requereu a prorrogação antecipada do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente. No que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na legislação e regulamentação setorial (art. 57 da Lei nº 12.815/2013, Decreto 8.033/2013, conforme alterados, Portaria nº 349/2014 da SEP - recentemente substituída pela Portaria nº 530/19 do Ministério da Infraestrutura - e Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ), sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. O Ecoporto Santos requereu a prorrogação antecipada do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente. Não houve, até o presente momento, decisão administrativa definitiva para este processo administrativo, atualmente em trâmite na ANTAQ. Em face da legislação atualmente vigente e da Portaria nº 702 do Ministério da Infraestrutura, por meio da qual foi reconhecido preliminarmente o direito a reequilíbrio do Ecoporto, além de aprovar o plano de investimentos vinculados à prorrogação antecipada, a Administração considera que as chances de reconhecimento do direito de prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o desempenho do Ecoporto Santos e não haja alteração nas diretrizes da política pública atualmente vigentes e observadas, por fim, as prescrições da regulamentação setorial. Desse modo, o interesse público na manutenção das atividades será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Importa mencionar que há decisões proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ reconhecendo a possibilidade de prorrogação do contrato de arrendamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

## Notas Explicativas

### (v) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101") em Serra – ES, no âmbito da "Operação Infinita Highway".

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e tem foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação de rodovia.

A Ecorodovias informa que foi instaurada uma auditoria interna com objetivo de apurar os fatos. A auditoria contará com apoio externo profissional para seus trabalhos.

Em 30 de setembro de 2019 ainda não existem outras informações relevantes a serem divulgadas.

## 22. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

A movimentação da provisão nos períodos é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	151.282	28.104	6.078	185.464
Consolidação Ecopátio (*)	-	1.745	195	1.940
Aquisição de participação (**)	62	1.070	690	1.822
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	13.117	7.746	591	21.454
(-) Pagamentos	(4.052)	(8.218)	(25)	(12.295)
(+) Atualização monetária	6.763	2.536	(72)	9.227
(+/-) Reclassificações	8	-	(8)	-
Saldos em 30 de setembro de 2019	167.180	32.984	7.449	207.613

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	153.329	33.695	10.184	197.208
Consolidação Ecopátio (*)	7	936	-	943
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	3.137	8.086	(455)	10.768
(-) Pagamentos	(2.767)	(10.799)	-	(13.566)
(+) Atualização monetária	4.253	2.367	(213)	6.407
Saldos em 30 de setembro de 2018	157.959	34.285	9.516	201.760

(\*) Vide Nota Explicativa nº 5.b)

(\*\*) Vide Nota Explicativa nº 10.a.ii)

### (a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$1.030.395 mil em 30 de setembro de 2019 (R\$608.152 mil em 31 de dezembro de 2018), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

## Notas Explicativas

As principais causas classificadas como prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

- (i) A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 29 de março de 2019, diante da decisão que reconheceu que a correção monetária foi considerada no valor já depositado e delimitou a data para a aplicação do juros, a Ecovias realizou o depósito complementar de R\$6.522. Em 30 de setembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 30 de setembro de 2019, incluindo o valor do depósito complementar de R\$6.522, é de R\$59.977 (R\$51.649 em 31 de dezembro de 2018), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.
- (ii) A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Interpusemos Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ambos pendentes de juízo de admissibilidade. Em 30 de setembro de 2019, o valor provisionado é de R\$81.276 (R\$79.253 em 31 de dezembro de 2018). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

A principal causa classificada como possível, ou seja, sem constituição de provisão é:

- (i) Washington Barbeito de Vasconcellos, Zardust Empreendimentos Marítimos Ltda., Agnes Dagmar Bullentini Barbeito de Vasconcellos e Yuri Bullentini Barbeito de Vasconcellos ("Autores") ajuizaram ação contra a Companhia e suas controladas Ecoporto Transporte Ltda. ("Ecoporto Transporte"), Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos") e Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda. ("Termares"). Também constam como réus da ação Aba Infra-Estrutura e Logística Ltda. ("Aba") e FCA Comércio Exterior e Logística Ltda. ("FCA"). Os autores pleiteiam que os réus sejam condenados a pagar aproximadamente R\$180.784 em 30 de Setembro de 2019 (R\$175.822 em 31 de dezembro de 2018), a título de "prêmio pela venda do controle do COMPLEXO TECONDI", o que supostamente corresponderia a 50% de um

## Notas Explicativas

sobrepreço que seus antigos sócios ("Aba") e ("FCA") receberam da Companhia pela venda do Ecoporto Santos. Os autores pleiteiam também que os Réus sejam obrigados a liberar parte do preço de venda já pago e retido em conta garantia, no valor atualizado em 30 de Setembro de 2019 de R\$116.935, (R\$112.082 em 31 de dezembro de 2018), sob o argumento de que não teria fundamento jurídico para tal retenção, acrescido de multa contratual na ordem de R\$8.185 (R\$7.846 em 31 de dezembro de 2018). Em 27 de julho de 2015, a Companhia apresentou contestação em conjunto com suas controladas. Na sequência, houve apresentação de réplica e tréplicas. Não houve conciliação na audiência designada e atualmente aguarda-se a conclusão da prova pericial contábil. Com base na avaliação dos advogados constituídos para o caso, a Companhia tem confiança de que obterá êxito na ação, a qual tem perda classificada como possível. Em 30 de Setembro de 2019 o valor pleiteado é de R\$391.299, sendo R\$116.935 referente a liberação do *Scrow account* (R\$370.704, sendo R\$112.082 a liberação do *Scrow account* em 31 de dezembro de 2018).

### (b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de setembro de 2019, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$69.856 (R\$84.125 em 31 de dezembro de 2018), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada indireta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

### (c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 30 de setembro de 2019, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$204.693 (R\$183.445 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

O principal processo tributário é conforme segue:

A principal causa possível, portanto, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 02 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, que foi julgado parcialmente procedente pelo CARF em 18 de setembro de 2019, sendo que o acórdão ainda não foi publicado e poderá ser modificado por conta de Recurso Especial a ser apresentado pelo contribuinte. O valor correspondente a discussão, em 30 de setembro de 2019 é de R\$129.813 (R\$128.386 em 31 de dezembro de 2018).

Acerca das notícias veiculadas na mídia referentes à apuração de compra de medida provisória pela Operação Zelotes, a Companhia informa ter regularmente buscado defender o interesse institucional da Elog, empresa de logística à época integrante do grupo, de abrir o mercado de recintos alfandegados para livre concorrência com a realocação para áreas de maior demanda desses serviços de logística. Em complemento, a Companhia informa que o escritório Spindola Palmeira e a empresa LBS Consultoria e Participações Ltda. foram contratados para elaboração de consultas e opiniões legais relativas a matérias tributárias

## Notas Explicativas

e previdenciárias e para consultorias em questões aduaneiras e tributária. Em resposta ao Ministério Público Federal referente ao procedimento investigatório no. 1.16.000.002352/2018-11, a Companhia apresentou as informações solicitadas sobre as contratações com o escritório Spindola Palmeira e com a empresa LBS Consultoria e Participações.

### 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado de R\$360.900 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

#### b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

#### c) Reserva de lucros – legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2019 o montante retido, à título de Reserva Legal é de R\$46.140 (R\$46.140 em 31 de dezembro de 2018).

#### d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Não houve pagamentos à título de dividendos e juros sobre capital próprio no período findo em 30 de setembro de 2019.

#### e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorreriam sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, como demonstrado a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

A Companhia mantém em tesouraria 2.236.492 ações ordinárias calculadas com base na cotação de fechamento do último dia de pregão em 30 de setembro de 2019, de R\$14,10 (R\$9,38 em 31 de dezembro de 2018). O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação de fechamento do pregão de 30 de setembro de 2019, é de R\$31.535.



## Notas Explicativas

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$30.825 transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

### f) Participações dos acionistas não controladores

A movimentação do período das participações dos acionistas não controladores está demonstrada a seguir:

	30/09/2018 (*) Reapresentado
Saldo no início do período	97.948
Participação nos lucros do período	7.623
Reserva de capital – plano de opções	3
Aquisição de participação de minoritários	(103.418)
Constituição de reservas	(2.156)
Saldo no fim do período	-

(\*) Vide Nota Explicativa nº 3

## 24. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADO

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2019	30/09/2018 (*) Reapresentado	30/09/2019	30/09/2018 (*) Reapresentado
Receitas com arrecadação de pedágio (a)	782.936	629.300	2.133.471	1.886.034
Receitas de construção (b)	199.322	136.941	702.157	400.811
Receitas portuárias (c)	100.037	103.045	303.068	272.040
Receitas acessórias (d)	20.063	23.141	65.036	71.713
Receitas de logística (e)	6.033	8.422	20.559	24.271
Receitas <i>intercompany</i> (f)	-	-	-	1.027
Receita bruta total	<u>1.108.391</u>	<u>900.849</u>	<u>3.224.291</u>	<u>2.655.896</u>
Deduções de receita	(89.127)	(77.413)	(249.876)	(224.902)
Deduções do reconhecimento da receita	(42.722)	(49.543)	(130.704)	(134.397)
Receita líquida	<u>976.542</u>	<u>773.893</u>	<u>2.843.711</u>	<u>2.296.597</u>

(\*) Vide Nota Explicativa nº 5.b)

- (a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- (c) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

As receitas auferidas pelas controladas diretas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos e Termares.

**Notas Explicativas**

- (d) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (e) Refere-se as receitas auferidas pela Ecopátio Logística Cubatão Ltda, conforme nota explicativa nº 3, as operações desta empresa voltaram a ser consolidadas pela Companhia.
- (f) Referem-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias.

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2019	30/09/2018 (*) Reapresentado	30/09/2019	30/09/2018 (*) Reapresentado
<b>Base de cálculo de impostos</b>				
Receitas com arrecadação de pedágio	782.936	629.300	2.133.471	1.886.034
Receitas portuárias	100.037	103.045	303.068	272.040
Receita de logística	6.033	8.423	20.559	24.271
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	20.063	23.141	65.036	72.740
	<u>909.069</u>	<u>763.909</u>	<u>2.522.134</u>	<u>2.255.085</u>
<b>Deduções</b>				
Cofins (i)	(35.680)	(31.450)	(100.783)	(91.722)
PIS (ii)	(7.733)	(6.816)	(21.843)	(19.875)
ISS (iii)	(45.603)	(38.805)	(126.775)	(113.066)
ICMS	-	(23)	(16)	(113)
Dedução do reconhecimento da receita (iv)	(42.722)	(49.543)	(130.704)	(134.397)
Abatimentos	(111)	(319)	(459)	(126)
	<u>(131.408)</u>	<u>(126.956)</u>	<u>(380.580)</u>	<u>(359.299)</u>

(i) Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%.

(ii) Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%.

(iii) Alíquota de média de 5,0%.

(iv) Dedução do reconhecimento da receita portuária em conformidade com o CPC 47 Contratos de Receita.

(\*) Vide Nota Explicativa nº 5.b)

## Notas Explicativas

### 25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findos em		Nove meses findos em		Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018 (*)	30/09/2019	30/09/2018 (*)
					Reapresentado		Reapresentado	
Pessoal	18.026	8.169	36.720	15.497	121.153	87.784	309.785	247.635
Conservação e manutenção	574	6	575	282	30.464	21.798	79.080	64.365
Serviços de terceiros (**)	5.970	426	16.324	4.732	56.927	42.495	169.330	129.282
Seguros	312	153	672	378	4.637	3.868	12.695	11.111
Depreciações e amortizações (Vide Notas explicativas nºs 11 e 12)	144	164	444	503	150.995	120.285	411.470	355.553
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 20)	-	-	-	-	17.693	14.004	50.497	45.089
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	353	210	1.096	674	6.217	3.867	17.246	13.150
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 18)	-	-	-	-	58.290	32.349	139.802	71.213
Custo de construção de obras	-	-	-	-	199.322	136.941	702.157	400.811
Outros custos e despesas operacionais	551	285	1.460	1.066	24.720	18.054	64.978	52.865
	<u>25.930</u>	<u>9.413</u>	<u>57.291</u>	<u>23.132</u>	<u>670.418</u>	<u>481.445</u>	<u>1.957.040</u>	<u>1.391.074</u>
Classificados como:								
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	588.645	431.157	1.748.478	1.241.033
Despesas gerais e administrativas	25.930	9.413	57.291	23.132	81.773	50.288	208.562	150.041
	<u>25.930</u>	<u>9.413</u>	<u>57.291</u>	<u>23.132</u>	<u>670.418</u>	<u>481.445</u>	<u>1.957.040</u>	<u>1.391.074</u>

(\*) Vide Notas Explicativas nº 3 e 5.b)

(\*\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

## Notas Explicativas

### 26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findos em		Nove meses findos em		Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
						(*)		(*)
						Reapresentado		Reapresentado
Receitas financeiras:								
Receita de aplicações financeiras	178	1.219	2.588	5.262	46.864	40.844	124.008	101.754
Juros sobre mútuos	702	680	2.343	3.270	-	-	-	-
Efeitos financeiros sobre direito de outorga	-	-	-	-	-	-	-	50
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	-	1.046	12.050	3.946	12.483
Atualização monetária de créditos fiscais	7	353	73	1.131	2.523	3.061	6.064	14.771
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	1.225	5.452	8.018	9.300
Juros Capitalizados	-	-	-	-	19.889	6.720	50.355	20.389
Variação monetária – Venda Elog S.A.	-	1.405	-	2.763	-	1.405	-	2.763
Outras	1.333	1	4.138	1	2.834	408	8.330	1.856
	<u>2.220</u>	<u>3.658</u>	<u>9.142</u>	<u>12.427</u>	<u>74.381</u>	<u>69.940</u>	<u>200.721</u>	<u>163.366</u>
Despesas financeiras:								
Juros sobre debêntures	(28.804)	(1.454)	(49.895)	(4.273)	(138.818)	(107.631)	(361.094)	(292.371)
Juros cessão e assunção de dívida	-	(9.808)	(18.810)	(31.406)	-	-	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(32.990)	(13.048)	(69.619)	(38.546)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	-	(9.330)	(45.220)	(78.821)	(89.596)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(2.725)	(137)	(4.349)	(273)	(5.202)	(2.100)	(13.339)	(9.221)
Efeitos financeiros sobre direito de outorga	-	-	-	-	(28.120)	-	(62.614)	-
Ajuste a valor presente – provisão para manutenção e construção de obras futuras	-	-	-	-	(13.043)	(7.838)	(34.114)	(23.497)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(6.907)	(9.395)	(14.979)	(28.381)
Juros sobre mútuo	-	(5.713)	(10.535)	(25.712)	-	-	-	-
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	(6)	(37)	(72)	(110)	(3.606)	(2.088)	(9.563)	(6.807)
PIS e COFINS sobre outras receitas financeiras	(118)	(185)	(467)	(1.065)	(2.665)	(5.116)	(12.720)	(15.072)
Juros Arrendamento direito de uso CPC 06 (R2)	-	-	-	-	(2.854)	(3.769)	(9.155)	(11.307)
Outras	(541)	(16)	(1.021)	(87)	(11.239)	(3.079)	(22.321)	(8.384)
	<u>(32.194)</u>	<u>(17.350)</u>	<u>(85.149)</u>	<u>(62.926)</u>	<u>(254.774)</u>	<u>(199.284)</u>	<u>(688.339)</u>	<u>(523.182)</u>
	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro, líquido	<u>(29.974)</u>	<u>(13.692)</u>	<u>(76.007)</u>	<u>(50.499)</u>	<u>(180.393)</u>	<u>(129.344)</u>	<u>(487.618)</u>	<u>(359.816)</u>

(\*) Vide Notas Explicativas nº 3 e 5.b)

**Notas Explicativas****27. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO - CONSOLIDADO**

	30/09/2019	30/09/2018 (* ) Reapresentado
Lucro/(prejuízo) básico – resultado do período	(0,48)	0,55
Lucro/(prejuízo) diluído – resultado do período	(0,47)	0,55
Lucro/(prejuízo) básico – resultado de operações continuadas	(0,48)	0,56
Lucro/(prejuízo) diluído – resultado de operações continuadas	(0,48)	0,55

**a) Lucro/(prejuízo) básico por ação**

	30/09/2019	30/09/2018 (* ) Reapresentado
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(264.686)	307.477
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	(267.373)	310.969
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	558.699	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	(2.236)	(2.236)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	556.463	556.463
Lucro/(prejuízo) básico por ação - R\$	(0,48)	0,55
Lucro/(prejuízo) básico por ação de operações continuadas - R\$	(0,48)	0,56

**b) Lucro/(prejuízo) diluído**

	30/09/2019	30/09/2018 Ajustado (*)
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(254.041)	307.477
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	(256.728)	310.969
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	556.463	556.463
Plano Executivo de opção de compra de ações	1.993	5.580
Média ponderada de ações ordinárias para o Lucro diluído	558.456	562.043
Lucro/(prejuízo) diluído por ação - R\$	(0,47)	0,55
Lucro/(prejuízo) diluído por ação de operações continuadas - R\$	(0,48)	0,55

(\*) Vide Notas Explicativas nº 3 e 5.b)

**28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO****Gestão de capital**

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

## Notas Explicativas

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

### Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018 (* Reapres.
Dívida (a)	1.555.234	518.390	10.558.623	8.299.280
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(3.550)	(141.953)	(2.984.098)	(2.727.819)
Dívida líquida	1.551.684	376.437	7.574.525	5.571.461
Patrimônio líquido (b)	386.278	640.319	386.278	640.319
Índice de endividamento líquido	4,02	0,59	19,61	8,70

(\*) Vide Nota Explicativa nº 3.

- (a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 14, 15, 16 e 20.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

### Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como valor justo.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 99,3% do CDI em 30 de setembro de 2019 (99,7% em 31 de dezembro de 2018), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 14, 15, 16 e 20.

## Notas Explicativas

### Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de setembro de 2019 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
<b>Ativos:</b>			
	Valor justo através do resultado		
Caixa e bancos (ii)		28.517	28.517
Clientes (i)	Custo amortizado	178.143	178.143
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Valor justo através do resultado	2.955.581	2.955.581
<b>Passivos:</b>			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	79.552	79.552
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	1.515.735	1.515.735
Debêntures (iii)	Custo amortizado	8.158.861	8.158.861
Arrendamento mercantil (iii)	Custo amortizado	13.539	13.539
Obrigações com Poder Concedente (iv) <i>Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock</i> (v)	Custo amortizado	870.488	870.488
		8.669	8.669

- (i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iii) Os empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".
- (v) O valor do *Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

### Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

## Notas Explicativas

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, *Compliance* e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

### a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

### i) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas por algumas controladas da Companhia, com as quais possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.



## Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2019, o saldo devedor em moeda estrangeira - Finimp é conforme segue:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ecoporto Santos S.A. - USD	17.238	22.429

### ii) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

### b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$101.882 (R\$84.737 em 31 de dezembro de 2018), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

## Notas Explicativas

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures ECOSUL	107,00% CDI	182.018	-	-	-
Debêntures ECOSUL	110,75% CDI	53.061	-	-	-
Debêntures ECOSUL	107,00% CDI	61.274	-	-	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80% a.a.	150.395	-	-	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28% a.a.	61.913	44.163	390.664	773.167
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25% a.a.	136.076	140.862	116.312	39.035
Debêntures Privadas - Ecopistas	105,00% CDI	22.909	6.950	7.373	122.645
Debêntures Privadas - Ecopistas	105,50% CDI	28.164	10.123	10.742	189.051
Debêntures - Eco101	CDI + 2,56% a.a.	2.532	25.486	-	-
Debêntures - ECORODOANEL	119,00% CDI	928.219	-	-	-
Debêntures - ECO135	117,50% CDI	239.194	-	-	-
Debêntures - Ecoporto Santos	CDI + 1,85% a.a.	139.601	-	-	-
Debêntures - EIL	CDI + 1,25% a.a.	139.023	-	-	-
Debêntures - EIL	115,00% CDI	24.456	161.092	151.881	-
Debêntures - EIL	CDI + 1,35% a.a.	1.176.971	-	-	-
Debêntures - ECS	IPCA + 5,00% a.a.	124.649	-	-	-
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35% a.a.	63.029	227.166	223.378	219.028
Debêntures - ECS	106,00% CDI	-	-	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,42% a.a.	197.190	-	-	-
Debêntures Privadas - ECS	105,50% CDI	79.095	21.540	22.857	363.656
Debêntures - ECS	114,85% CDI	107.000	-	-	-
Debêntures - ECS	106,00% CDI	25.946	321.796	-	-
Debêntures - ECS	110,25% CDI	63.411	43.972	399.956	377.883
Debêntures - ECS	IPCA + 6,0% a.a.	3.652	2.046	2.126	41.047
Debêntures - ECS	IPCA + 7,4438% a.a.	35.781	28.881	29.998	503.984
Debêntures - ECS	CDI + 1,30% a.a.	77.850	55.293	55.518	918.068
Debêntures - ECS	IPCA + 5,50% a.a.	5.082	3.899	4.050	94.759
Finame ECOSUL	6,00% a.a.	53	8	-	-
Finame - Cataratas	2,50% a.a.	47	46	44	4
Finame - Cataratas	6,00% a.a.	144	-	-	-
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45% a.a.	6.861	6.431	6.000	8.552
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45% a.a.	33.794	25.884	8.081	13.709
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84% a.a.	26.496	26.496	26.496	165.598
BNDES - Eco101 Empréstimos e Financiamentos ECO101	TJLP + 3,84% a.a.	34.029	34.029	34.029	263.725
BNDES - Ecoponte	21,27% a.a.	23	-	-	-
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48% a.a.	7.956	7.956	7.956	78.895
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48% a.a.	14.623	14.739	14.739	151.071
Finame - Ecoporto Santos	6,00% a.a.	1.557	58	-	-
Finimp - Ecoporto Santos	Libor6M + VC + 2,0% a.a.	23.091	22.247	21.410	10.392
Arrendamento Mercantil - ECO050	4,37% a.a.	546	236	-	-
BNDES- ECO050	TJLP + 2% a.a.	23.077	23.079	23.079	375.032
BDMG - ECO050	TJLP + 2% a.a.	8.943	8.943	8.943	145.330
CEF - FINISA - ECO050	TJLP + 2% a.a.	26.129	26.128	26.127	424.327
CEF - FDCO - ECO050	7,50% a.a.	17.781	17.426	16.850	173.452
Debêntures - ECO050	IPCA+9,00% a.a.	11.338	9.153	10.214	169.389
NP - Argovias	CDI + 2,25% a.a.	65.046	-	-	-
		<u>4.430.025</u>	<u>1.316.128</u>	<u>1.618.823</u>	<u>5.621.799</u>

## Notas Explicativas

### Análise de sensibilidade

#### *Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do USD, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	127.973	159.966	191.959
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(465.385)	(523.705)	(581.688)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(247.563)	(256.022)	(264.446)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta da IPCA	(4.812)	(7.038)	(9.657)
Juros sobre obrigações com Poder Concedente (b)	Alta da IPCA	(10.128)	(10.600)	(11.072)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(104.173)	(146.569)	(195.907)
Empréstimos e financiamentos USD (d)	Alta do USD	(2.694)	(3.794)	(5.065)
Juros a incorrer, líquidos		(706.782)	(787.762)	(875.876)

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 30 de setembro de 2019 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da *Libor*) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	5,70%	7,13%	8,55%
IPCA (b)	4,60%	5,75%	6,90%
TJLP (c)	6,00%	7,50%	9,00%
USD (d)	4,11	5,14	6,17

Fonte: Relatório da Consultoria 4E – Setembro/2019.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

## 29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("*Chief Operating Decision-Maker - CODM*").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

## Notas Explicativas

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte e Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel, Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. (Eco050).

b) "Holding" e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03, EIL04 e Argovias Participações e as "Holdings" Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., "Holding" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

c) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.

d) Logística

A Companhia detém 100% de participação no Ecopátio Logística Cubatão Ltda, que tem como objeto administrar o terminal intermodal e regulador do fluxo de caminhões de cargas com destino ao Porto de Santos. Conforme Nota Explicativa nº 5.b), o Ecopátio voltou a ser consolidado a partir de 01 de janeiro de 2019.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Concessões rodoviárias	90,7%	89,9%
"Holding" e serviços	4,4%	5,1%
Portos	4,4%	4,1%
Logística	0,6%	0,9%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira (combinadas) sumarizada relacionada aos segmentos para 30 de setembro de 2019. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas

**Notas Explicativas**

demonstrações financeiras (combinadas), bem como as práticas contábeis aplicadas:

							30/09/2019
Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado	
Ativo	9.563.951	762.010	77.236	7.608.722	(5.356.224)	12.655.695	
Ativo circulante	1.588.590	47.692	10.990	1.838.978	(171.096)	3.315.154	
Ativo não circulante	7.975.361	714.318	66.246	5.769.744	(5.185.128)	9.340.541	
Passivo	9.563.951	762.010	77.236	7.608.722	(5.356.224)	12.655.695	
Passivo circulante	2.440.532	221.936	3.241	2.055.569	(171.096)	4.550.182	
Passivo não circulante	4.651.069	210.530	1.356	3.707.289	(840.364)	7.729.880	
Patrimônio líquido	2.472.350	329.544	72.639	1.845.864	(4.344.764)	375.633	

							30/09/2019
Resultado	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado	
Receita líquida	2.706.976	130.061	17.651	130.223	(141.200)	2.843.711	
Custo dos serviços prestados	(1.621.693)	(107.140)	(15.421)	(80.772)	76.548	(1.748.478)	
Lucro bruto	1.085.283	22.921	2.230	49.451	(64.652)	1.095.233	
Despesas gerais e administrativas	(114.653)	(29.791)	(3.471)	(107.974)	47.327	(208.562)	
Amortização de investimentos	-	-	-	(14.807)	14.807	-	
Outras receitas/despesas	(375.583)	657	(38.476)	(88.279)	37.988	(463.693)	
Equivalência patrimonial	-	-	-	13.100	(13.089)	11	
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	595.047	(6.213)	(39.717)	(148.509)	22.381	422.989	
Resultado financeiro	(268.314)	(23.669)	237	(195.872)	-	(487.618)	
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	326.733	(29.882)	(39.480)	(344.381)	22.381	(64.629)	
Imposto de renda e contribuição social	(233.071)	2.098	(811)	29.040	-	(202.744)	
Resultado do período das operações continuadas	93.662	(27.784)	(40.291)	(315.341)	22.381	(267.373)	
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	2.687	-	2.687	
Lucro/(Prejuízo) líquido do PERÍODO	93.662	(27.784)	(40.291)	(312.654)	22.381	(264.686)	

							31/12/2018 Ajustado (*)
Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado	
Ativo	7.738.175	795.371	80.502	6.703.161	(5.281.127)	10.036.082	
Ativo circulante	1.802.155	63.444	7.718	1.487.284	(345.046)	3.015.555	
Ativo não circulante	5.936.020	731.927	72.784	5.215.877	(4.936.081)	7.020.527	
Passivo	7.738.175	795.371	80.502	6.703.161	(5.281.127)	10.036.082	
Passivo circulante	1.109.897	217.925	3.816	954.920	(270.604)	2.015.954	
Passivo não circulante	4.890.153	228.317	2.243	3.962.489	(1.703.393)	7.379.809	
Patrimônio líquido	1.738.125	349.129	74.443	1.785.752	(3.307.130)	640.319	

(\*) Vide Nota Explicativa nº 3 e 5.b)

**Notas Explicativas**

	30/09/2018					
	Ajustado (*)					
Resultado	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e Serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	2.184.521	100.159	21.016	124.431	(133.530)	2.296.597
Custo dos serviços prestados	(1.144.810)	(77.963)	(23.713)	(69.538)	74.991	(1.241.033)
Lucro bruto	1.039.711	22.196	(2.697)	54.893	(58.539)	1.055.564
Despesas gerais e administrativas	(98.191)	(30.328)	(6.835)	(60.850)	46.163	(150.041)
Amortização de investimentos	-	-	-	(12.887)	12.887	-
Outras receitas/despesas	1.089	9.006	5	474	(472)	10.102
Equivalência patrimonial	-	-	-	902.737	(902.714)	23
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	942.609	874	(9.527)	884.367	(902.675)	915.648
Resultado financeiro	(193.174)	(32.440)	(246)	(133.956)	-	(359.816)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	749.435	(31.566)	(9.773)	750.411	(902.675)	555.832
Imposto de renda e contribuição social	(245.195)	1.390	(96)	6.661	-	(237.240)
Resultado do período das operações continuadas	504.240	(30.176)	(9.869)	757.072	(902.675)	318.592
Resultado das operações descontinuadas	-	-	871	(4.363)	-	(3.492)
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	504.240	(30.176)	(8.998)	752.709	(902.675)	315.100
Resultado dos acionistas não controladores	-	-	-	-	(7.623)	(7.623)
Resultado dos acionistas controladores	504.240	(30.176)	(8.998)	752.709	(910.298)	307.477

(\*) Vide Notas Explicativas nº 3 e 5.b)

**30. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – CONSOLIDADO****a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 6.

**b) Informações suplementares**

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

**31. EVENTO SUBSEQUENTE**

Em 27 de setembro de 2019, a Companhia venceu o leilão de concessão da rodovia BR364/365 para exploração por 30 anos. A concessão possui 437,0 Km e estende-se entre Jataí (GO) e Uberlândia (MG). A rodovia é uma das principais vias de ligação entre o Centro-Oeste e o Estado de São Paulo.

Em 09 de outubro de 2019, a controlada direta Concessionária do Rodoanel Norte S.A. – Ecorodoanel, realizou o pré-pagamento da sua 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em série única, pelo montante total de R\$905.676, sendo R\$900.000 referentes ao principal, R\$3.868 referentes aos juros e R\$1.808 referentes ao prêmio pela antecipação de pagamento. A Companhia realizou em 08 de outubro aporte de R\$47.300 para fazer frente a referida quitação.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

São Paulo - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional

IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de outubro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Alexandre Cassini Decourt

Audidores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 276957/O-4

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, bem como o relatório com ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

Nicolò Caffo

Diretor Executivo de Negócios Rodoviários

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, bem como o relatório com ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

Nicolò Caffo

Diretor Executivo de Negócios Rodoviários

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico